



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas – FACE
Departamento de Economia

Análise da relação entre as avaliações presidenciais
dos governos democráticos com os estudos sobre
Economia da Felicidade

Marcus Vinícius Barbosa Vieira
Orientador: Prof. Dr. Manoel Carlos de Castro Pires

Brasília, 2019

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA VIEIRA

**Análise da relação entre as avaliações presidenciais
dos governos democráticos com os estudos sobre
Economia da Felicidade**

**Monografia apresentada ao Departamento
de Economia da Universidade de Brasília
(UnB) como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientador: Prof. Dr. Manoel Carlos de Castro Pires

Julho de 2019

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA VIEIRA

**Análise da relação entre as avaliações presidenciais
dos governos democráticos com os estudos sobre
Economia da Felicidade**

**Monografia apresentada ao Departamento
de Economia da Universidade de Brasília
(UnB) como requisito parcial à obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Econômicas.**

Aprovada em: _____ / _____ / _____

Professor Doutor Manoel Carlos de Castro Pires

Professora Doutora Adriana Moreira Amado

VIEIRA, Marcus Vinícius Barbosa

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AS AVALIAÇÕES PRESIDENCIAIS DOS GOVERNOS DEMOCRÁTICOS COM OS ESTUDOS SOBRE ECONOMIA DA FELICIDADE/

Marcus Vinícius Barbosa Vieira – Brasília, Universidade de Brasília, 2019, 74. p.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Carlos de Castro Pires

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia) – Ciências Econômicas – Brasília, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia

1.Economia da Felicidade. 2.Índice de Miséria. 3.Bem-estar subjetivo. 4.Avaliação presidencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida e por ter me dado saúde para a realização deste trabalho. Agradeço aos meus pais Paulo e Andréa por terem contribuído para a minha formação como homem e por terem me apoiado em toda essa jornada, principalmente nos momentos mais difíceis nos quais eu pensei em desistir. Agradeço todas as pessoas do Departamento de Economia da Universidade de Brasília que contribuíram para a minha formação como profissional, principalmente ao Professor Doutor Manoel Carlos de Castro Pires, que dedicou o seu tempo e seu conhecimento para me orientar no desenvolvimento da minha monografia. Agradeço a minha namorada Natália pelo apoio e pela compreensão e agradeço aos amigos que fiz nesses anos de faculdade, principalmente ao Rafael com quem compartilhei momentos bons e ruins na trajetória do curso e com quem espero manter contato depois de formado. Sou grato por terem me ajudado a chegar até aqui, reconheço as minhas limitações, mas com a ajuda de vocês estou alcançando o meu objetivo. Portanto, estendo o meu muito obrigado a todos!

“The stakes in economic policymaking are enormous. Economics is not physics – economic theories do not just describe the world – they can change it.”

- (Larry Summers).

RESUMO

Tomando como hipótese que o presidente é um representante do povo, e supondo que ele é avaliado de acordo com o nível de felicidade geral, esta monografia tem o objetivo de identificar a relação entre a avaliação presidencial no Brasil com os dois principais Índices de Misérias da atualidade. Utilizando como base a teoria da Economia da Felicidade, foram revisados os aspectos econômicos da renda, inflação, desemprego e desigualdade. E também os aspectos não econômicos como instituições e saúde. A partir de uma análise histórica, foi estudada a relação entre o IMO (Índice de Miséria de Okun) e a avaliação presidencial para os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luíz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Depois da análise histórica e econométrica, a conclusão assinala que há relação entre o Índice de Miséria de Okun e a aprovação presidencial ao nível de significância de 5,8%. O estudo também apontou que a utilização da função quadrática na regressão econométrica deu mais robustez e significância para o cálculo do bem-estar subjetivo dos brasileiros. Fatores como desigualdade e corrupção impactaram na opinião pública e devem ser incorporados em futuros Índices de Miséria para refletir de forma mais acurada a felicidade da população.

Palavras-chave: Economia da Felicidade; Índice de Miséria; bem-estar subjetivo; avaliação presidencial.

ABSTRACT

Assuming that the president is a representative of the people, and that he is evaluated according to the level of general happiness, the monograph aim is identify the relationship between Brazilian presidential evaluation index and the mainly two Misery Indexes. Based on the Happiness Economy theory, the economic aspects of income, inflation, unemployment and inequality were reviewed. And also the non-economic aspects like institutions and health. From a historical analysis, the relationship between the OMI (Okun Misery Index) and the presidential evaluation for the governments of Fernando Henrique Cardoso, Luíz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer was studied. After the historical and econometrics analyses, the result point out there is a relationship between the Okun Misery Index and presidential evaluation at 5.8% of significance. The study appoints that the use of the quadratic function in the econometric regression gave more robustness and significance for the calculation of the subjective well-being of Brazilians. Such factors as inequality and corruption impacted on public opinion and should be incorporated into future Misery Indexes to reflect a better way the population happiness.

Keywords: Happiness Economy; Misery Index; subjective well-being; presidential evaluation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Miséria de Okun (Brasil)	32
Gráfico 2 – Relação Índice de Miséria com o índice de avaliação de FHC (Primeiro Mandato)	37
Gráfico 3 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de FHC (Segundo Mandato).....	40
Gráfico 4 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Lula (Primeiro Mandato).....	46
Gráfico 5 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Lula (Segundo Mandato).....	49
Gráfico 6 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Dilma (Primeiro Mandato).....	53
Gráfico 7 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Dilma (Segundo Mandato).....	56
Gráfico 8 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Michel Temer (Mandato Único)	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das fontes de dados	30
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cálculo Índice de Miséria de Okun (Brasil).....	31
Tabela 2 – Cálculo Índice de Miséria de Barro (Brasil)	33
Tabela 3 – Índices macroeconômicos FHC (Primeiro Mandato)	35
Tabela 4 – Índices macroeconômicos FHC (Segundo Mandato)	38
Tabela 5 – Índices macroeconômicos Lula (Primeiro Mandato).....	42
Tabela 6 – Índices macroeconômicos Lula (Segundo Mandato).....	48
Tabela 7 – Índices macroeconômicos Dilma (Primeiro Mandato)	51
Tabela 8 – Índices macroeconômicos Dilma (Segundo Mandato)	54
Tabela 9 – Índices macroeconômicos Temer (Mandato Único)	58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Índice de Miséria de Okun (IMO).....	27
Figura 2 – Índice de aprovação FHC (Primeiro Mandato)	36
Figura 3 – Índice de aprovação FHC (Segundo Mandato)	39
Figura 4 – Índice de aprovação Lula 2003-2005 (Primeiro Mandato).....	44
Figura 5 – Índice de aprovação Lula 2006 (Primeiro Mandato).....	44
Figura 6 – Índice de aprovação Lula 2007-2009 (Segundo Mandato).....	48
Figura 7 – Índice de aprovação Lula 2010 (Segundo Mandato).....	49
Figura 8 – Índice de aprovação Dilma (Primeiro Mandato)	52
Figura 9 – Índice de aprovação Dilma (Segundo Mandato)	55
Figura 10 – Índice de aprovação Temer (Mandato único).....	59
Figura 11 – Regressão Linear Simples: Aprovação x IMO.....	62
Figura 12 – Regressão Linear Simples: Reprovação x IMO.....	63
Figura 13 – Regressão Linear Simples: Aprovação x IMO X IMO ²	64
Figura 14 – Regressão Linear Simples: Reprovação x IMO X IMO ²	64
Figura 15 – Correlação entre Aprovação x Reprovação x IMO x Pobreza (1995-2009).....	66
Figura 16 – Correlação entre Aprovação x Reprovação x IMO x Corrupção (2012-2018)....	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A TEORIA DA FELICIDADE	15
2.1	Economia da Felicidade: Componentes e evolução.....	16
2.1.1	<i>Renda</i>	16
2.1.2	<i>Desemprego vs. Inflação</i>	17
2.1.3	<i>Desigualdade e consumo</i>	20
2.1.4	<i>Fatores não econômicos</i>	23
3	EQUAÇÕES DE FELICIDADE.....	26
3.1	Índice de Miséria de Okun (IMO)	26
3.2	Índice de Miséria de Barro (BMI)	28
4	ÍNDICE DE MISÉRIA NO BRASIL	30
4.1	Índices de Miséria	31
4.1.1	<i>Índice de Miséria de Okun (1995-2018)</i>	31
4.1.2	<i>Índice de Miséria de Barro (1995-2018)</i>	33
4.2	Economia Brasil Contemporâneo.....	34
4.2.1	<i>Fernando Henrique Cardoso [Primeiro Mandato (1995-1998)]</i>	34
4.2.2	<i>Fernando Henrique Cardoso [Segundo Mandato (1999-2002)]</i>	37
4.2.3	<i>Luíz Inácio Lula da Silva [Primeiro Mandato (2003-2006)]</i>	41
4.2.4	<i>Luíz Inácio Lula da Silva [Segundo Mandato (2007-2010)]</i>	47
4.2.5	<i>Dilma Rousseff [Primeiro Mandato (2011-2014)]</i>	50
4.2.6	<i>Dilma Rousseff [Segundo Mandato (2015-2016)]</i>	54
4.2.7	<i>Michel Temer [Mandato único (2016-2018)]</i>	57
4.3	Análise Estatística e Econométrica dos Resultados	61
5	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

O que é felicidade para os economistas? Como podemos usar a ciência econômica para avaliar o bem-estar humano? Como decisões políticas podem impactar nessa área que vem ganhando atenção a cada ano que passa? Essas e outras perguntas serão respondidas com este trabalho.

Segundo Frey (2008), a economia é, ou deveria ser, a ciência que estuda a felicidade individual. Como o crescimento econômico, desemprego, inflação, desigualdade e instituições afetam o bem-estar pessoal.

Intelectuais como Arthur Okun, Richard Easterlin, Robert Barro, Rafael Di Tella e Bruno Frey estudaram o impacto de alterações em variáveis macroeconômicas no bem-estar e conseqüentemente na felicidade das pessoas. Desde a década de 70 até os dias atuais presenciamos uma constante evolução nesse ramo da economia, que, juntamente com a psicologia estão sendo usadas cada vez mais pelos *policymakers* nos *trade off's* econômicos nas esferas governamentais.

A hipótese básica deste trabalho é que o presidente da república é o representante do povo, e ele é avaliado de acordo com o bem-estar da população. Ou seja, estamos considerando que as avaliações presidenciais (tanto aprovação, quanto reprovação) são variáveis *proxys* de felicidade.

O principal objetivo da pesquisa é analisar se os dois principais Índices de Miséria da atualidade capturam a utilidade subjetiva da população de acordo com a hipótese básica e de acordo com a teoria da Economia da Felicidade.

A metodologia usada neste trabalho é a de revisão bibliográfica na literatura econômica para mostrar as pesquisas e os avanços no campo da Economia da Felicidade, método considerado satisfatório na avaliação de bem-estar subjetivo da sociedade. Será utilizado o Índice de Miséria de Okun para estimar a evolução da felicidade brasileira ao longo dos anos. Buscaremos conectar o Índice de Miséria com o cenário político/econômico do mandato de cada presidente. Também iremos comparar o resultado do cálculo de Okun com os índices de aprovação dos governos desde a estabilização em 1995 para analisar se o Índice de Miséria de Okun captura os *feedbacks* fornecidos pela população a respeito de seu governante. E por último, propor ideias para um índice que incorpore não somente variáveis

econômicas, mas que também considere questões relevantes que não são capturadas nos atuais índices existentes.

2 A TEORIA DA FELICIDADE

Economistas clássicos como Adam Smith e John Stuart Mill sempre definiram a felicidade em termos da utilidade. Amplamente delineada a partir do consumo material e das decisões racionais tomadas respeitando a restrição orçamentária. Recentemente essa visão foi desafiada e, com traços da psicologia, economistas começaram a construir um novo conceito para aferir o bem-estar subjetivo (Guo e Hu, 2011).

A teoria econômica originalmente tratava a utilidade a partir do conceito cardinal, no qual era possível mensurar a grandeza do bem-estar em forma de “utis” e a observação tinha um significado preciso (Resende, 2016). Entretanto, muitos pesquisadores questionaram a validade dessa metodologia de cálculo. Como mensurar de forma objetiva uma variável que por natureza captura questões tão subjetivas? (Thaler, 1992). O cálculo a partir de cestas de bens e serviços pode resultar no bem-estar de um indivíduo não representativo (Guo e Hu, 2011), tornando mais difícil relacionar o nível micro (Individual) com o nível macro (Agregado) do bem-estar.

Já o conceito ordinal da utilidade muitas vezes é classificado como não científico pela falta de objetividade, pois exige apenas que o consumidor seja capaz de ordenar as cestas de bens em termos de preferências (Resende, 2016).

A abordagem subjetiva da utilidade é capaz de capturar a interação de uma infinidade de fatores, cada um desempenhando um papel no *personal welfare*. A partir de *surveys*, uma espécie de questionário onde o entrevistado relata seu nível de satisfação, e com o auxílio de ferramentas econométricas, os pesquisadores conseguem estimar de forma satisfatória o bem-estar subjetivo da população, conectando os níveis de felicidade relatados com aspectos econômicos e não econômicos.

Nas visões de Frey e Stutzer (2003), pesquisas no campo da Economia da Felicidade buscam uma nova forma de entendimento para o conceito de utilidade. Para eles, usar o bem-estar subjetivo como uma *proxy* para mensurar utilidade permite testar as “velhas hipóteses” de uma nova maneira. Na próxima seção serão apresentadas as principais variáveis estudadas, mostrando a dinâmica entre os elementos econômicos e não econômicos com a utilidade subjetiva.

2.1 Economia da Felicidade: Componentes e evolução

2.1.1 Renda

A partir dos estudos empíricos elaborados por Richard Easterlin (1974), verificou-se uma relação positiva entre renda e felicidade dentro do país num certo ponto do tempo¹.

Entretanto, no mesmo estudo foi constatada uma dicotomia no papel da renda na Economia da Felicidade, pois segundo Easterlin (1974) a correlação entre renda dos indivíduos e felicidade em uma análise de série temporal² ou em um corte transversal³ internacional era fraca ou até mesmo inconsistente.

Easterlin (1974) explicou que essa anomalia pode surgir principalmente devido ao conceito de renda relativa, onde a partir dos estudos de Duesenberry sobre despesas de consumo, ele aproximou e construiu uma função de utilidade que dependia não somente da renda pessoal, mas também da renda dos outros agentes. Nesse contexto, um aumento na renda do indivíduo pode não alterar o bem-estar ou até mesmo pode deixar o cidadão mais infeliz se o aumento na renda dos outros agentes tiver sido maior do que o próprio aumento recebido. Portanto, surgiu um contrassenso.

Outras explicações para o que ficou conhecido como o “Paradoxo de Easterlin” é a questão do ambiente social inserido, da relação contemporâneo e antepassados e por conta das preferências por questões altruísticas ou não econômicas por parte dos consumidores.

Essa divergência da direção do aumento na renda per capita sobre a felicidade foi explorada por diversos pesquisadores. Por exemplo, Kahneman e Deaton (2010) não acharam relação duradoura entre mais dinheiro e felicidade. Segundo eles, a partir de uma renda anual de 75.000 dólares, a renda adicional não proporciona maior felicidade do que outros “pequenos prazeres”, ideia baseada no princípio do benefício marginal decrescente. Entretanto, para Guriev e Zhuravskaya

¹ Estudo elaborado a partir de *surveys*, a distribuição percentual da população por felicidade (Muito Feliz, bastante feliz, não muito feliz e sem resposta). Verificou-se que quanto maior a renda maior a porcentagem de pessoas muito felizes e quanto menor a renda maior a porcentagem de pessoas que não estão muito felizes.

² Conjunto de dados de série temporal consiste na observação de uma ou mais variáveis ao longo do tempo.

³ Conjunto de dados e corte transversal consiste na amostra em um determinado ponto no tempo.

(2009), a satisfação com a vida continuará a aumentar nas economias que formavam a antiga União Soviética condicionalmente a um contínuo crescimento econômico.

Destarte, no campo da Economia da Felicidade, o crescimento da renda trará benefício em forma de incremento no bem-estar se houver em um ponto específico do tempo um aumento da renda relativa das camadas mais pobres da população.

2.1.2 Desemprego vs. Inflação

Segundo Blanchflower et al. (2014), as equações macroeconômicas de bem-estar social tendem a focar na inflação e no desemprego. Para o pesquisador tanto o desemprego quanto a inflação possuem coeficientes negativos, sugerindo que ambas as variáveis diminuem a felicidade⁴.

As atuais políticas macroeconômicas adotadas pelos principais bancos centrais do mundo são voltadas para a minimização da função perda⁵. Dessa forma, a partir da meta de inflação, essas autoridades monetárias conseguem minimizar a perda do bem-estar associado ao desemprego. Contudo, a solução ótima depende dos pesos atribuídos à inflação e ao desemprego (Blanchflower et al., 2014).

De acordo com Ovaska e Takashima (2005), a inflação cria incertezas sobre o futuro. Entretanto, nos casos onde a mudança nos preços é antecipada e a variação de um período para outro é baixa, a inflação implica em um ônus de ajuste insignificante para os indivíduos. Visão compartilhada por Frey (2008) que chegou a

⁴ Mesmo resultado já tinha sido aferido por Di Tella et al. (2001, p.7).

⁵ A função perda dos principais Bancos Centrais é expressa em termos da soma do quadrado da diferença entre o produto em $t=1$ e o produto de equilíbrio com a diferença do quadrado da inflação em $t=1$ com a inflação meta ponderada pela preferência do BC. Portanto, necessita-se invocar a Lei de Okun de 1962 para estabelecer o quanto de produto é perdido quando a taxa de desemprego fica acima da taxa de desemprego natural. Matematicamente, podemos expressar essas relações da seguinte forma:

Função Perda do Banco Central:

$$L = (Y_1 - Y_e)^2 + \beta * (\pi_1 - \pi^T)^2$$

Onde L é a perda do BC, Y_1 é o produto tempo 1, Y_e é o produto de equilíbrio, β é a preferência do BC (Quanto mais alto o β , mais avesso à inflação), π_1 é a inflação tempo 1 e π^T é a meta de inflação.

Lei de Okun:

$$(u - u_n) = -\beta(g_{yt} - g_{yn})$$

Onde u é a taxa de desemprego, u_n é a taxa de desemprego natural, β é uma inclinação, g_{yt} é a taxa de crescimento do produto e g_{yn} é a taxa de crescimento do produto natural.

Dessa forma conseguimos estabelecer um link entre inflação e desemprego na política praticada pelos Bancos Centrais.

conclusão que inflação com taxas inferiores a 5% não possui impactos significativos no nível de felicidade dos indivíduos.

Por outro lado, dentre todas as variáveis macroeconômicas estudadas pela Economia da Felicidade, a que apresenta menores controvérsias com relação aos efeitos danosos sobre o bem-estar é o desemprego.

Clark e Oswald (1994) exploraram e rejeitaram a hipótese de que o desemprego é voluntário⁶. Estudos realizados na Grã-Bretanha em 1991 mostraram que os desempregados apresentavam um nível de bem-estar mental muito menor do que aqueles que estavam empregados. Em termos de unidades de bem-estar, o desemprego tinha um impacto negativo muito maior do que uma separação ou divórcio.

O desemprego é um fenômeno que tem uma natureza diferente da inflação. A inflação mais elevada causa mal-estar em toda a população. O desemprego, porém, se distribui de forma assimétrica entre os indivíduos. Para os indivíduos desempregados ele causa um mal-estar enorme ao passo que para os indivíduos empregados, o efeito parece ser pequeno.

Estudos empíricos mostram que nem o seguro desemprego é capaz de reverter os danos causados por este problema. A partir de regressões econométricas, Di Tella et al. (2002) testaram se o aumento dos benefícios para os desempregados aumentaria o bem-estar desses com relação ao dos empregados, e a conclusão é que a hipótese não é sustentada pelos dados. Segundo os autores, o benefício de auxílio aos desempregados não aumenta o bem-estar só daqueles que não possuem emprego, mas também dos que estão empregados e sabem que poderão contar com o benefício caso percam o emprego. Portanto, os benefícios concedidos aos desempregados não facilitaram relativamente à vida dos mesmos.

O desemprego tem um efeito devastador sobre aqueles que perderam os seus postos de trabalho. Além disso, as externalidades negativas causadas à economia como um todo reduzem ainda mais o bem-estar agregado, segundo Di Tella et al. (2002, p.17):

(...) High unemployment in the economy is unpleasant even for people who are employed. One possibility is that this is some form of fear-of-unemployment effect (...). There may also be a – presumably fairly small – taxation effect, because if unemployment goes up the population at large have to pay more tax to fund the increased bill for unemployment benefits.

⁶ Blanchflower (2014) encontra o mesmo resultado quando aplicado à economia europeia para os anos entre 1975 e 2012.

The indirect effects, when added to the direct ones on those who actually lose their jobs, amount to a substantial well-being cost. This stands in contrast to the view that unemployment involves layoffs with short and relatively painless jobless spells. The ex-post effect on someone who actually loses his or her job is 20 times larger than the effect on those who still have a job. The indirect 'fear' losses are even larger, in aggregate, because they affect more people.

Podemos estimar o *trade-off* entre a inflação e o desemprego a partir da Curva de Phillips e da Taxa de Sacrifício da economia. A Taxa de Sacrifício nada mais é do que o custo da desinflação. Segundo Gomes e Aidar (2005), significa a perda no nível de emprego necessária para reduzir a inflação em 1%. A Curva de Phillips pode ser calculada com a seguinte fórmula:

$$\pi_t = \pi_t^e - b(u - u_n) \quad (1)$$

Onde π_t é a inflação no período t, π_t^e é a expectativa de inflação para o período t, b é a inclinação da curva e $(u - u_n)$ é a diferença entre a taxa de desemprego e o desemprego natural. Para encontrar a Taxa de Sacrifício basta reorganizar os termos da Curva de Phillips para chegar à seguinte equação:

$$(u - u_n) = -\left(\frac{1}{b}\right)(\pi_t - \pi_t^e) \quad (2)$$

O termo $\left(\frac{1}{b}\right)$ é a Taxa de Sacrifício.

Nos estudos de Fonseca (2011), a Taxa de Sacrifício são maiores em economias emergentes. A ausência de um mercado financeiro maduro, de instituições críveis e estatísticas atualizadas resulta nessa dinâmica mais custosa para a redução do nível geral de preços.

Para o Brasil, Gomes e Aidar (2005) verificaram que após o regime de metas de inflação em 1999, houve um aumento na Taxa de Sacrifício. Por meio de uma avaliação das médias da taxa de desemprego, pré e pós regime, chegaram a conclusão que a taxa subiu de 10 para 12 pontos percentuais. Segundo os autores, após a implementação do regime de metas de inflação, o crescimento da renda foi aquém das observadas no resto do mundo. Desta forma, recentemente o custo da desinflação em termos de bem-estar aparece com a redução da felicidade via queda da renda e aumento do desemprego.

Em face da elevada Taxa de Sacrifício da economia brasileira, a estratégia de uso da taxa de juros em níveis demasiadamente altos para controle inflacionário não se justifica pelos grandes custos frente a seus benefícios (Modenesi, 2011).

Estudos a partir de *surveys* sugerem que na Europa as pessoas possuem preferências por mais emprego, mesmo que isso gere mais inflação. Reflexo do impacto dessa variável macroeconômica em questões psicológicas, tributárias e de renda. Estudos mais recentes de Blanchflower et al (2014), mostraram que o desemprego possui um impacto muito maior na felicidade dos europeus (um aumento de 1% na taxa de desemprego equivale a uma perda de bem-estar trazida por um aumento de 5,6% na taxa de inflação).

No Brasil, a Confederação Nacional da Indústria mede trimestralmente a relação entre o medo do desemprego e a satisfação com a vida. O resultado obtido com a análise desde 1996 sugere que há uma correlação negativa entre o medo do desemprego e a satisfação com a vida. Mostrando a importância do emprego na composição do bem-estar do brasileiro.

Além da melhora do bem-estar pessoal e coletivo, podemos acrescentar entre as vantagens de mais oportunidades de emprego o combate aos crimes contra o patrimônio e a redução do assistencialismo estatal. Muitos dos infratores e dos beneficiários de programas de transferência de renda baseiam as suas ações de acordo com o mercado de trabalho.

2.1.3 Desigualdade e consumo

O rápido crescimento econômico das economias no último século trouxe como efeito colateral a questão da desigualdade. Economistas como Thomas Piketty mostraram sua preocupação com o tema e desenvolveram trabalhos reexaminando a curva de Kuznets⁷ na prática. Piketty e Saez (2001) incluíram na análise a renda dos muito ricos (*Top percentile*), usaram micro dados não disponíveis na época de Kuznets e deram um tratamento especial para os ganhos de capitais que tinham

⁷ A Curva de Kuznets desenvolvida nos anos 50 estabelece a relação entre crescimento econômico e desigualdade. Quanto maior o crescimento maior a desigualdade, entretanto, há um ponto de virada onde mais crescimento reduz a desigualdade (*Inverse-U shape*). O ex-ministro da fazenda brasileiro Delfim Netto usou a analogia de deixar o bolo crescer para depois dividir para descrever a relação entre crescimento e desigualdade em referência a curva de Kuznets.

sido ignorados antes. Tais mudanças levaram a resultados diferentes na questão da dinâmica da desigualdade.

Para Graham e Felton (2006), a desigualdade pode ser sinal de progresso e mobilidade para aqueles que estão se beneficiando no processo de crescimento ou pode ser uma ameaça para aqueles que não estão engajados nessa onda. Os autores chegaram à conclusão que os vários estudos da relação entre desigualdade e bem-estar realizados na Europa e nos Estados Unidos acharam efeitos moderados ou inconclusivos. Contudo, a América Latina é a região com a maior desigualdade do mundo e, como resultado, atinaram uma forte relação entre desigualdade e felicidade nesse caso, fato este relacionado com as teorias de renda relativa, persistência (armadilha da pobreza) e instituições fracas.

Em 2013, o vencedor do prêmio Nobel de economia Angus Deaton, em seu livro “A grande saída, saúde, riqueza e as origens da desigualdade”, atribuiu o senso de justiça por trás da desigualdade através dos benefícios gerados para todos via aumento da renda dos mais ricos. A grande questão era saber se os aumentos de rendas mais altas beneficiavam a todos ou apenas aqueles que as recebiam.

Deaton analisou em uma perspectiva diferente do critério de Eficiência de Pareto, que diz que se é possível melhorar a situação de um agente sem piorar a situação dos outros, então há uma possibilidade de melhoria de Pareto. Ou seja, se o rico consegue mais dinheiro e o pobre pelo menos não perde dinheiro estaríamos em um cenário Pareto Eficiente. Entretanto, Deaton (2013) diz que é errado aplicar o critério a apenas uma dimensão do bem-estar (dinheiro/renda) e ignorar outras questões como participação democrática, educação de qualidade e boa saúde. Além de não ser vítima de terceiros em busca do enriquecimento feroz. Nas palavras do autor “Dinheiro é uma coisa, bem-estar é outra!” (Deaton, 2013).

Segundo Deaton (2013, p.17), “Quando a desigualdade está a serviço do progresso, cometemos um erro grave ao olharmos somente para o progresso médio ou, ainda pior, apenas para o progresso dos bem-sucedidos”. E ainda nas palavras do autor “Há muitas ocasiões em que o progresso em um país se dá à custa de outro” (DEATON, 2013, p.16). Portanto, o economista atribui ao processo histórico à fragilidade das instituições de países subdesenvolvidos, que em muitas vezes é a responsável pela pobreza persistente. Sugere que existe sim uma injustiça por trás da desigualdade e propõe iniciativas para combater a mesma, como o abandono de

políticas de doação e o incentivo para promover a globalização como ferramenta de apoio e não de dano para os países mais pobres.

Em 1975, Arthur Okun em seu livro *Equality and Efficiency, The Big Tradeoff* já havia analisado para a economia norte americana a relação entre eficiência e equidade ponderando os custos da redução da desigualdade através da redução da eficiência via diminuição de esforços de trabalho, queda de poupança/investimento e pelo *Deadweight loss*⁸. Okun chega à conclusão que o caminho para uma sociedade menos desigual é através da redução da desigualdade de oportunidades, tal como acontece por conta de gênero, raça e acesso ao crédito. E também, através dos impostos progressivos, que segundo o autor pode financiar um passo em direção à igualdade com um custo de eficiência baixo, para Okun (1975, p. 114 e 115) “*The present structure of our tax and welfare system is not the revealed preference of the nation*”.

Assim como para Okun (1975), para Griffith (2004) e para Piketty (2001) a possível solução para a desigualdade seria uma taxa progressiva. A base desse pensamento remete a teoria da Utilidade Marginal Decrescente, onde a ideia de que uma unidade monetária a menos para o rico tem uma perda de utilidade baixa comparado com uma unidade monetária a mais para o pobre que tem um ganho de utilidade mais alto. Outro ponto associado à redistribuição via taxa dos mais abastados é a redução da percepção de pobreza das camadas que compõe os percentis mais baixos de renda, o que diminui o mal-estar associado à renda relativa.

Levando em consideração os estudos da Economia da Felicidade, essa redistribuição pode ser justificada com o Paradoxo de Easterly, o qual estabelece que aumentos de renda para os mais pobres estão associados ao incremento expressivo de bem-estar, já uma redução de renda para o rico não gera uma perda de bem-estar significativa.

Nesse cenário, percebemos que o grande desafio é impulsionar os mais pobres sem causar distorções para os mais ricos. Ou seja, reduzir a desigualdade de forma menos agressiva e mais eficiente economicamente. Portanto, um *policymaker* que quer melhorar o bem-estar do seu povo tem que atribuir mais

⁸ *Deadweight loss* é o custo de eficiência do imposto, conhecido na literatura econômica como triângulo de Harberger. É calculado a partir das distorções de preços e quantidades gerados pela taxa. Nesse caso, a área do triângulo é interpretada como sendo uma perda de bem-estar.

humanidade na eficiência e mais racionalidade na desigualdade (Okun, 1975). *“Equalization should have a unifying theme: This can be a better nation for rich and poor alike by fulfilling the rights to a reasonable standard of decent living for all citizens”* (OKUN, 1975, p.116).

Na ótica do consumo, a transferência de renda para os mais pobres está associada diretamente com o aumento do consumo e da renda agregada. De fato, a Propensão Marginal a Consumir (PMgC) dos mais pobres é maior do que a PMgC dos mais ricos, pelo fato da camada mais humilde apresentar uma demanda reprimida por bens de primeira necessidade.

No entanto, Okun (1975) chamou a atenção para o desenho da redistribuição não atrapalhar a poupança e conseqüentemente o investimento com políticas redistributivas. A Propensão Marginal a Poupar (PMgS) dos mais pobres é praticamente zero pelas questões expostas anteriormente, portanto, a queda da poupança privada tem que ser suplantada pela poupança pública para não desequilibrar o investimento.

Certa vez o economista André Lara Resende falou: "A partir de certo nível de renda, onde com certeza já nos encontramos, a qualidade de vida não está mais necessariamente associada ao consumo material⁹". De acordo com Ng (1997), depois de satisfeita as necessidades e confortos da vida, o consumo excessivo pode até mesmo trazer malefícios para as pessoas, como por exemplo, obesidade, colesterol e estresse. Portanto, para níveis maiores de renda, a satisfação e o bem-estar podem estar associados a questões não econômicas.

2.1.4 Fatores não econômicos

Outros fatores como instituições, segurança, discriminação, socialização, estado civil, saúde e poluição afetam a felicidade das pessoas. Autores como Di Tella, Veenhovem, Frey, Helliwell, Luechinger, Tiwari, Bjørnskov, Kahneman e Easterlin incorporaram variáveis não econômicas na construção de suas análises de bem-estar. Pessoas saudáveis, que vivem em países não discriminatórios, que disponham de instituições não corruptas, democráticas com liberdade econômica e

⁹ Entrevista ao jornal Estadão. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,e-preciso-crescer-com-qualidade-de-vida-diz-lara-resende,179169e> acesso em 15 de novembro de 2018.

política, que se sentem protegidas, casadas e vivendo em um ambiente com menor degradação ambiental e com mais contato humano são pessoas que apresentam maiores níveis de bem-estar (variação positiva).

Frey e Stutzer (2000) acharam fortes evidências que instituições exercem grande e sistemática influência positiva sobre o bem-estar reportado. De acordo com os autores, a existência de participação direta e uma estrutura governamental descentralizada contribuem para o aumento da felicidade. A influência positiva pode ser atribuída à participação política mais próxima dos eleitores (diálogo, participações/resultados de eleições e políticas públicas municipais).

Com a aproximação, as assimetrias de informações entre *policymakers* e eleitores são reduzidas. O prefeito e os vereadores de um determinado município são mais capacitados para capturar as demandas dos eleitores desse município do que o governador e os deputados estaduais e mais capacitados ainda do que o presidente e os deputados federais. Além disso, Frey e Stutzer (2000) consideram que a participação mais ativa do principal contribui para um melhor monitoramento e controle da atividade governamental. Um incremento no índice de democracia direta em um ponto aumenta a parcela das pessoas que indicam satisfações muito altas com a vida em 2,8%.

Segundo Helliwell (2002), outro fator importante nas instituições é a qualidade estatal. A partir dos estudos de Kaufmann sobre alguns indicadores de qualidade como responsabilidade, eficiência, regulação, leis, baixa corrupção e falta de violência, o pesquisador conecta os conceitos e constrói um índice que depois de regressões econométricas evidencia uma forte relação entre qualidade governamental e bem-estar subjetivo. A explicação de Helliwell é que muitos dos serviços cruciais para os indivíduos e para as famílias são regulamentados e/ou fornecidos pelo governo (Saúde, educação, transportes, justiça, etc.).

Contudo, no campo da Economia da Felicidade, a variável que tem maior impacto sobre o bem-estar subjetivo é a saúde. Nas palavras de Helliwell (2002, p.339) *“This variable is always the most significant of all of the explanatory variables. A one-point improvement in health, on the five point scale, is associated with a 0.61 point increase in subjective well-being”*. Nas pesquisas de Helliwell, o impacto da saúde sobre a felicidade foi maior até do que o desemprego. Fato este relacionado com a proximidade do tema aos entrevistados e devido aos efeitos danosos de

longo prazo na ausência de uma saúde íntegra, dessa forma impactando indiretamente em todas as outras variáveis não econômicas e em fatores como renda, consumo e desemprego.

Para Deaton (2013, p.34):

“Saúde é o ponto de partida óbvio para qualquer investigação sobre bem-estar. É preciso estar vivo para viver bem; saúde precária e invalidez limitam, e muito, a possibilidade de se aproveitar uma vida, que, de outra forma, poderia ser boa (...).”

Portanto, variáveis não econômicas são instrumentos poderosos na percepção de bem-estar dos indivíduos e da sociedade. Pesquisadores encontraram correlação forte e estatisticamente significativa nessa associação. Outros fatores como idade, religião, crença em Deus e posição geográfica do país são muito importantes para serem estudados na economia dado a capacidade de impactar de forma significativa a utilidade subjetiva.

No próximo capítulo serão apresentadas algumas formas de mensurar a perda de bem-estar na Economia da Felicidade. Com essa metodologia é possível acompanhar os movimentos de miséria ao longo dos anos. Assim, considerando que o presidente é um representante do povo, e supondo que ele é avaliado de acordo com o nível de felicidade geral, concluímos que é de fundamental importância entender esses cálculos de utilidade subjetiva para depois poder comparar os resultados com as estatísticas de avaliação do governo.

3 EQUAÇÕES DE FELICIDADE

3.1 Índice de Miséria de Okun (IMO)

Na década de 70, o economista norte-americano Arthur M. Okun, em vários de seus livros como *The Political Economy of Prosperity* (1970), *Equality and Efficiency*, *The Big TradeOff* (1975) e *Economics for Policymaking* (1983) estudou e analisou de forma pioneira os efeitos da inflação e do desemprego na vida das pessoas. Originalmente, o índice proposto por Okun foi batizado como *Economic Discomfort Index (EDI)*, popularmente conhecido como o Índice de Miséria, e esse é um indicador econômico que mostra a perda do “bem-estar geral” através da soma da taxa da inflação anual com a taxa do desemprego do mesmo ano. Mesmo sendo um índice bem simplificado, A. Okun argumenta que o índice serve para medir a função de desutilidade da economia (Lechman, 2009). Quanto menor o índice, mais feliz é a população dessa economia, por isso o índice também é conhecido como Índice de Felicidade.

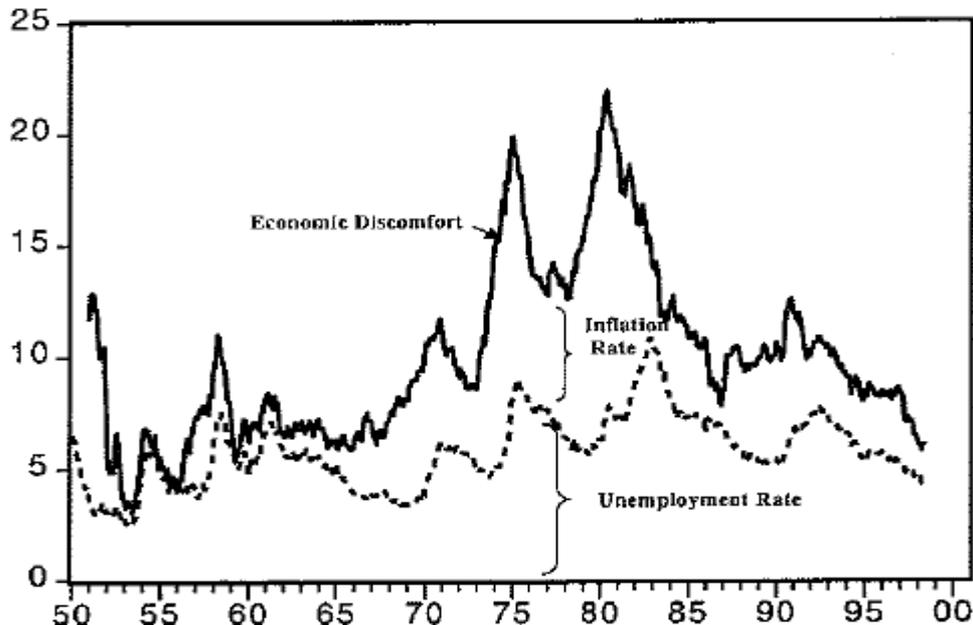
O Índice de Miséria de Okun (IMO) pode ser calculado com a seguinte fórmula:

$$IMO = \pi + u \quad (3)$$

Onde π representa a taxa de inflação anual no ano t e u representa a taxa de desemprego anual também no ano t . Na figura 1, retirada de Lovell e Tien (2000), vemos o IMO para a economia norte-americana entre os anos 1950-2000.

Figura 1 – Índice de Miséria de Okun (IMO)

$$\text{Economic Discomfort} = \text{Unemployment} + \text{Inflation}$$



Fonte: Lovell e Tien (2000).

Quando relacionado com a aprovação do governo, nas décadas de 70 e 80, variações positivas no Índice de Miséria de Okun (IMO) estavam associadas a taxas menores de aprovação. De forma simétrica, variações negativas no IMO estavam associadas a taxas maiores de aprovação.

A partir de dados dos EUA¹⁰, percebemos que, no mandato de Richard Nixon (1969-1974), o IMO médio subiu para 10,57 pontos (Antes, IMO médio no governo Lyndon Johnson era de 6,77 pontos), culminando em um índice de aprovação menor de 49% (Lyndon Johnson possuía 55,1% de aprovação).

No governo de Gerald Ford (1974-1976), o IMO continuou subindo e durante a sua gestão o IMO médio foi de 16,00 pontos, e como resultado o índice de aprovação desceu para 47.2%.

Com Jimmy Carter (1977-1980), o índice cresceu ainda mais (IMO médio de 16,26 pontos) e como efeito a popularidade do ex-presidente Carter caiu para 45.5%. Contudo, no governo de Ronald Reagan (1981-1988), o IMO médio recuou para 12,19 e como fruto desse feito o índice de aprovação subiu para 52,8%.

¹⁰ Misery Index, disponível em: <http://www.miseryindex.us/indexbyPresident.aspx> Acesso em 17/11/2018 e Historical Presidential Job Approval Statistics, disponível em: <https://news.gallup.com/poll/116677/Presidential-Approval-Ratings-Gallup-Historical-Statistics-Trends.aspx> Acesso em 17/11/2018.

Portanto, durante 20 anos, IMO crescente era igual a taxas decrescentes de aprovação e IMO decrescente era igual a mais popularidade entre os eleitores, demonstrando que o índice está relacionado com a aprovação dos governos.

Entretanto, no mandato de William Clinton (1993-2000), o *Okun Misery Index* caiu frente ao IMO do ex-presidente George H. W. Bush (1989-1992). Apesar disso, a taxa de aprovação do chefe de estado caiu quando comparado com a aprovação do presidente anterior, Bush pai. Clinton teve uma aprovação de 55,1%, enquanto Bush pai tinha obtido 60,9%. Observou-se uma tendência de queda da aprovação dos governos nos últimos anos, mesmo com a estabilização do IMO em patamares muito inferiores do que os vistos nas décadas de 70 e 80.

Pode ser que essa dinâmica diferente que ocorreu nos anos 90 tenha motivado pesquisadores do campo da Economia da Felicidade a aprimorar as equações que mensuram esse bem-estar. Robert Barro contribuiu para o aprimoramento do índice colocando variáveis que pudessem refletir as novas demandas macroeconômicas da população. Nesse sentido, outros fatores podem impactar na percepção de qualidade governamental, fazendo-nos refletir sobre a dinâmica das economias modernas no mundo.

3.2 Índice de Miséria de Barro (BMI)

No final dos anos 90, o professor norte americano Robert Barro contribuiu na análise de felicidade da população construindo o *Barro Misery Index* (BMI), o qual complementava o *Economic Discomfort Index* através da adição de duas taxas: taxa de juro nominal e taxa de crescimento econômico. Mas a mudança não veio somente com a adição dessas duas variáveis, Barro propôs também o uso da variação das taxas ao invés de usar o nível das taxas (Lechman, 2009).

Segundo a *Annual World Bank Conference on Development Economics Global* de 2011¹¹, o aumento da taxa de juros eleva o custo do crescimento econômico e afeta o fluxo de capitais de maneira negativa no ponto de vista do investimento produtivo. A taxa de juros ainda está relacionada negativamente com o

¹¹ Veja: Sepúlveda, Claudia, Ann Harrison, and Justin Yifu Lin, eds. 2013. ABCDE 2011: Development Challenges in a Postcrisis World. Washington, DC: World Bank. DOI: 10.1596/978-0-8213-8522-7. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0

consumo, visto que altas taxas de juros estão correlacionadas com o encarecimento do crédito.

Como o crescimento econômico corresponde ao crescimento da renda, a Economia da Felicidade prevê que o aumento da renda, principalmente em países mais pobres, aumenta os níveis de bem-estar subjetivo. Para Deaton (2013, p.57):

“(...) o fato de habitantes de países ricos sistematicamente classificarem sua qualidade de vida com notas mais altas que as de países pobres fortalecem a suposição de que o crescimento influencia de forma positiva o sentimento das pessoas em relação às suas vidas (...)”.

Mesmo tendo outros fatores que contribuem para o aumento da felicidade, de acordo com Nery (2014) países como o Brasil ainda não estaria em um patamar de renda que permitisse preterir o crescimento econômico.

Portanto, a inclusão das novas variáveis macroeconômicas na equação de felicidade de Barro visa aperfeiçoar a mensuração do *subjective well-being*. O Índice de Miséria de Barro (BMI) pode ser calculado da seguinte forma:

$$BMI = \Delta\pi + \Delta u - \Delta Y + \Delta i \quad (4)$$

Onde,

$$\Delta\pi = \pi_t - \pi_{t-1};$$

$$\Delta u = u_t - u_{t-1};$$

$$\Delta Y = Y_t - Y_{t-1};$$

$$\Delta i = i_t - i_{t-1}.$$

A partir da equação de felicidade apresentada por Robert Barro, variações positivas das taxas de fatores como inflação, desemprego e taxa de juros entram no modelo aumentando a miséria das pessoas, e as variações positivas da renda reduzem a infelicidade do povo.

No terceiro capítulo serão utilizados os artigos e os autores supracitados como base do pensamento da Economia da Felicidade. A partir dos dados da economia brasileira, calcularemos os Índices de Felicidade atuais e estabeleceremos relações com a aprovação dos governos.

4 ÍNDICE DE MISÉRIA NO BRASIL

A partir das equações de felicidade apresentadas no capítulo 2 será calculado o *Misery Index* para a economia brasileira. Será buscado o entrelaçamento de aspectos históricos, matemáticos e estatísticos para verificar a sintonia do movimento do índice em questão. Deste modo, será possível estimar o bem-estar subjetivo do país de acordo com a Teoria da Felicidade.

Para a realização do estudo foi escolhido o horizonte temporal compreendido entre 1995 a 2018, no qual se enquadra o período democrático estabilizado com a passagem de quatro presidentes em sete mandatos. O principal motivo para escolha desse intervalo temporal são as magnitudes das variações macroeconômicas, já que no período pré-95 o Brasil passou por períodos de inflações altas e hiperinflações que poderiam distorcer a análise sobre felicidade ao longo da história quando relacionado com as outras variáveis como desemprego, juros e produto.

As descrições das fontes dos dados utilizados na análise histórica e nos cálculos dos índices de felicidade do presente trabalho podem ser visualizadas no quadro 1.

Quadro 1 – Descrição das fontes de dados

Variável	Descrição
π	Taxa de inflação anual; obtida a partir da série histórica do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=22462&t=series-historicas
u	Taxa de desemprego anual; para os anos de 1995 até 2018 foram utilizados dados do Banco Mundial. Segundo uma nota da instituição, essa estatística captura a parcela da força de trabalho que está sem trabalho, e ainda, disponível e procurando por uma vaga de emprego. Estimativa modelada da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/sl.uem.totl.zs .
γ	Taxa de crescimento econômico anual; retirado do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Taxa acumulada em 4 trimestres (%), sendo utilizada a última estatística de cada ano desde 1995 até 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?t=series-historicas .

<i>i</i>	Taxa de juro anual; meta Selic (% a.a), taxas de juros fixadas pelo Copom. Meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil, sendo utilizada a taxa estabelecida na última reunião de cada ano do período estudado (1995 até 2018). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros .
----------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1 Índices de Miséria

4.1.1 Índice de Miséria de Okun (1995-2018)

A primeira equação a ser analisada é a equação de felicidade de Okun, equação (3). A soma da taxa de inflação anual com a taxa de desocupação do mesmo ano é igual ao Índice de Miséria de Okun para o ano em questão. A partir dos dados obtidos das fontes supracitadas, temos uma estimativa da variação de bem-estar subjetivo para os anos de 1995 até 2018 no Brasil, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Cálculo Índice de Miséria de Okun (Brasil)

Ano	Inflação (π)	Desemprego (u)	IMO Brasil	Varição Anual	Magnitude
1995	22.4	5.9	28.4	x	X
1996	9.6	6.8	16.3	-12.0	---
1997	5.2	7.7	12.9	-3.4	--
1998	1.7	8.9	10.5	-2.4	--
1999	8.9	9.6	18.5	8.0	+++
2000	6.0	9.8	15.8	-2.8	--
2001	7.7	9.4	17.0	1.3	++
2002	12.5	9.1	21.6	4.6	++
2003	9.3	9.7	19.0	-2.6	--
2004	7.6	8.9	16.5	-2.5	--
2005	5.7	9.3	15.0	-1.5	--
2006	3.1	8.4	11.5	-3.5	--
2007	4.5	8.1	12.6	1.0	+
2008	5.9	7.6	13.5	1.0	+
2009	4.3	8.3	12.6	-0.9	-
2010	5.9	7.3	13.2	0.6	+
2011	6.5	6.7	13.2	0.0	-
2012	5.8	7.2	13.0	-0.2	-
2013	5.9	7.0	12.9	-0.1	-
2014	6.4	6.7	13.1	0.2	+
2015	10.7	8.4	19.1	6.0	+++

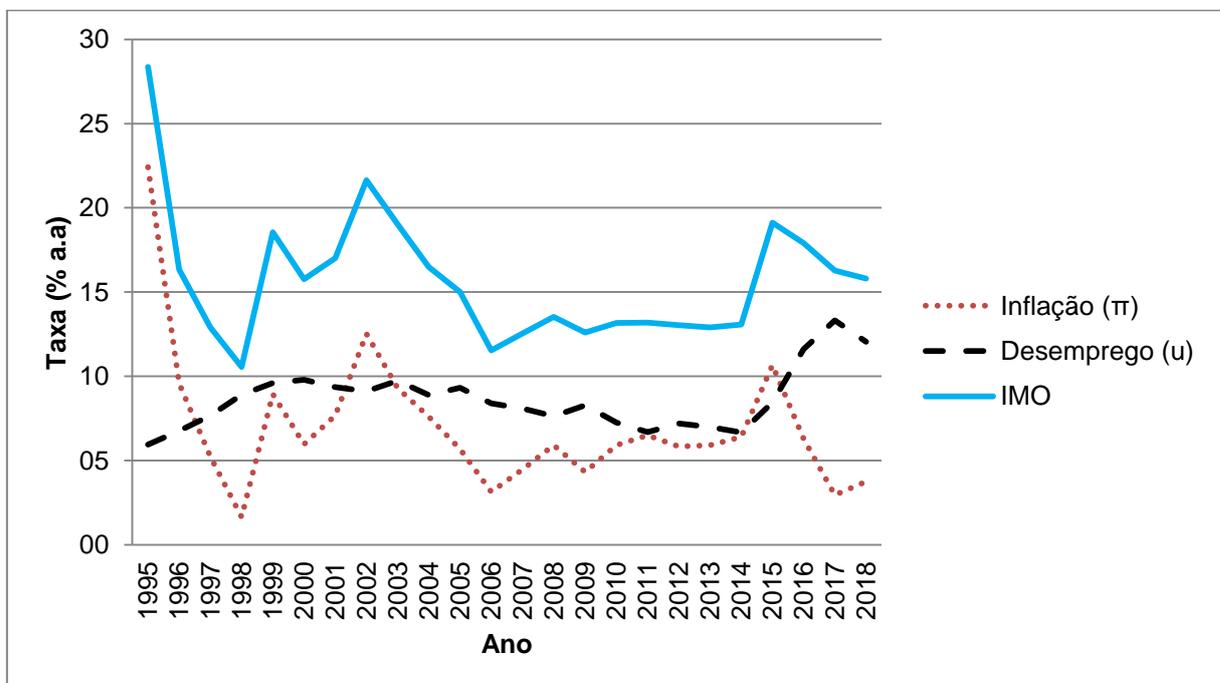
2016	6.3	11.6	17.9	-1.2	--
2017	3.0	13.3	16.3	-1.6	--
2018	3.8	12	15.8	-0.5	-

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial e do IBGE.

A variação anual é a diferença entre o IMO em $t + 1$ e t ; é uma forma de avaliar a mudança de bem-estar de um ano para outro. A magnitude é uma escala que serve para facilitar a visualização das mudanças anuais do *Misery Index*, onde os sinais de menos indicam uma redução do índice e logo uma melhora no bem-estar, enquanto os sinais positivos indicam um aumento do índice e conseqüentemente uma redução de felicidade. A quantidade de sinais é só para indicar se a mudança anual foi tímida (+ e -), significativa (++) e --) ou expressiva (+++ e ---)¹².

No gráfico 1 é possível visualizar o comportamento do desemprego, da inflação e do IMO resultante para a economia brasileira. Com a metodologia de cálculo de Okun, percebemos que as variações de felicidade seguem o comportamento da variação da inflação.

Gráfico 1 – Índice de Miséria de Okun (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE.

¹² Tímida: Intervalo $(|0,0|-|1,0|)$; significativa: Intervalo $(|1,1|-|5,0|)$; expressiva: Intervalo $(|5,1|-|\infty|)$; onde $|\cdot|$ significa módulo.

4.1.2 Índice de Miséria de Barro (1995-2018)

A outra equação de felicidade utilizada na análise é a equação de Barro, equação (4). A soma das variações anuais da inflação, do desemprego e dos juros; subtraindo a variação anual do produto é igual ao Índice de Miséria de Barro. Da mesma maneira que foi exposto o IMO, na tabela 2 será apresentado o cálculo do BMI no Brasil entre 1995 a 2018.

Tabela 2 – Cálculo Índice de Miséria de Barro (Brasil)

Ano	Inflação (π)	Desemprego (u)	Renda (Y)	Juros (i)	BMI	Magnitude
1995	22.4	5.9	4.3	x	x	x
1996	9.6	6.8	2.2	21.73*	x	x
1997	5.2	7.7	3.4	38	11.6	+++
1998	1.7	8.9	0.3	29	-8.3	---
1999	8.9	9.6	0.5	19	-2.2	--
2000	6.0	9.8	4.4	15.75	-9.9	---
2001	7.7	9.4	1.4	19	7.5	+++
2002	12.5	9.1	3.1	25	8.9	+++
2003	9.3	9.7	1.1	16.5	-9.1	---
2004	7.6	8.9	5.8	17.75	-6.0	---
2005	5.7	9.3	3.2	18	1.4	++
2006	3.1	8.4	4	13.25	-9.0	---
2007	4.5	8.1	6.1	11.25	-3.1	--
2008	5.9	7.6	5.1	13.75	4.5	++
2009	4.3	8.3	-0.1	8.75	-0.7	-
2010	5.9	7.3	7.5	10.75	-5.0	--
2011	6.5	6.7	4	11	3.8	++
2012	5.8	7.2	1.9	7.25	-1.8	--
2013	5.9	7.0	3	10	1.5	++
2014	6.4	6.7	0.5	11.75	4.4	++
2015	10.7	8.4	-3.5	14.25	12.5	+++
2016	6.3	11.6	-3.3	13.75	-1.9	--
2017	3.0	13.3	1.1	7	-12.8	---
2018	3.8	12.0	1.1	6.5	-1.0	-

*Para o ano de 1996, foi utilizada a taxa anualizada da 7ª reunião do COPOM desse ano.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando as variáveis macroeconômicas que compõe o Índice de Barro expostas na tabela 3, percebemos que o comportamento da taxa de juros na

economia brasileira apresenta uma variação muito grande quando comparada com qualquer outra variável do estudo.

Até mesmo a inflação, que no início do Plano Real sofreu bruscas oscilações, apresentou para o período inteiro um desvio padrão menor quando comparado com o desvio da taxa de juros (aproximadamente 4.1 contra 7.5).

Essa peculiaridade do Brasil é mais facilmente observada na coluna da magnitude, onde majoritariamente são capturadas mudanças significativas ou expressivas no bem-estar subjetivo dos brasileiros de um ano para outro.

Ademais, a taxa de juros no Brasil é muito alta, a variação do Índice de Miséria fica condicionada e atrelada aos movimentos de i , culminando na distorção da análise de felicidade da economia brasileira. Portanto, o uso da metodologia de cálculo de felicidade de Barro fica inviável para a economia brasileira.

Assim, mesmo com a metodologia simples da equação de felicidade de Okun, num primeiro instante será estudada a relação do IMO e a série histórica das avaliações populares dos ex-presidentes. Será realizada uma investigação mais detalhada da economia brasileira dos últimos 20 anos para entender a relação entre economia e felicidade no Brasil.

À luz da Economia da Felicidade, e utilizando a base de dados das fontes do quadro 1, nos próximos subitens serão lembrados alguns acontecimentos na história econômica do Brasil contemporâneo em cada mandato dos quatro ex-presidentes em questão. Será feita uma análise da conjuntura econômica do período para explicar os resultados do Índice de Miséria de Okun e começar a estabelecer conexões com as respectivas avaliações populares.

As fontes das avaliações populares utilizadas neste trabalho são do Instituto Datafolha. Por meio de relatórios fornecidos pela Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

4.2 Economia Brasil Contemporâneo

4.2.1 *Fernando Henrique Cardoso [Primeiro Mandato (1995-1998)]*

FHC foi ex-ministro da fazenda de seu antecessor Itamar Franco, sendo um dos responsáveis pelo sucesso do Plano Real. Fernando Henrique utilizou como

slogan de campanha a estabilização de preços como principal força para desbancar o então oponente de urnas Luíz Inácio Lula da Silva, sendo eleito em 1994 o 34° presidente da República Federativa do Brasil. Seu primeiro mandato foi de janeiro de 1995 a dezembro de 1998.

Para entender a política econômica de FHC é preciso analisar mais a fundo os detalhes do plano que o “elegeu”. O Plano Real teve seu início em 1992 com o Plano de Ação Imediata, um sub-plano que tinha como principal objetivo trazer um ajuste fiscal duradouro visando à redução da inflação. Dentro das principais ações estava a redução dos gastos governamentais, aumento das privatizações e combate à sonegação. Todas essas medidas cooperaram para atingir o objetivo de controle inflacionário, entretanto trouxeram como efeito colateral o aumento do desemprego (desocupação). As outras medidas do Plano como a URV, a implantação da nova moeda e as âncoras cambiais e monetárias foram cruciais para liquidar a inflação inercial e tiveram impactos maiores sobre os juros nacionais. Portanto, o resultado do Plano Real foi a redução drástica da inflação, explosão da taxa de juros e aumento significativo do desemprego (via redução da atividade econômica decorrente da queda do gasto estatal e aumento dos juros) .

Como prometido em campanha, em seu primeiro mandato Fernando Henrique Cardoso trabalhou com foco na manutenção do poder de compra combatendo agressivamente a inflação. O efeito colateral de suas políticas sobre inflação e desemprego durante os seus quatro primeiros anos como presidente podem ser vistas na tabela 3.

Tabela 3 – Índices macroeconômicos FHC (Primeiro Mandato)

Ano	π	u	IMO
1995	22.4	5.9	28.4
1996	9.6	6.8	16.3
1997	5.2	7.7	12.9
1998	1.7	8.9	10.5

Fonte: Elaborado pelo autor.

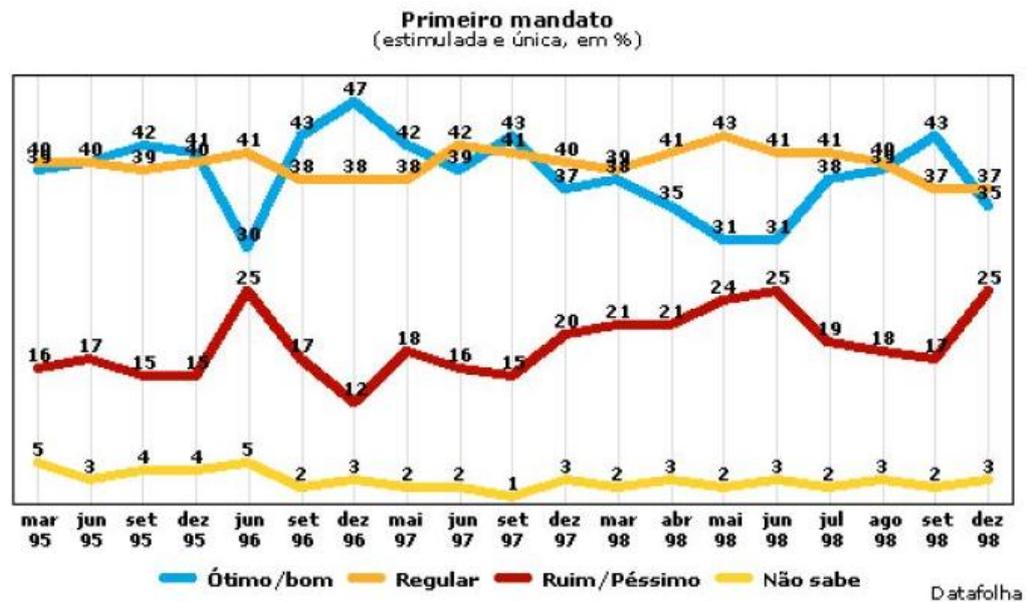
A partir dos dados da tabela 3, percebemos que mesmo com a entrada do Real em circulação em julho de 1994 a inflação registrada em 1995 ainda era alta, entretanto, muito aquém daquelas observadas nos anos anteriores ao plano. Essa pressão inflacionária do ano de 95 é muito devida ao aumento de consumo

proporcionado pelo baixo desemprego e por conta da manutenção do poder de compra da nova moeda. Vemos o reflexo desse aquecimento no produto desse ano.

Durante todo o primeiro mandato de FHC a tendência da inflação era de baixa, entretanto os reflexos de algumas diretrizes do Plano Real, principalmente de redução de gasto estatal, privatizações e abertura da economia impactaram de forma significativa na taxa de ocupação brasileira. Durante o primeiro mandato do ex-presidente o desemprego subiu de 5,9% para 8,9%.

Na figura 2, é apresentado o índice de aprovação de Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato.

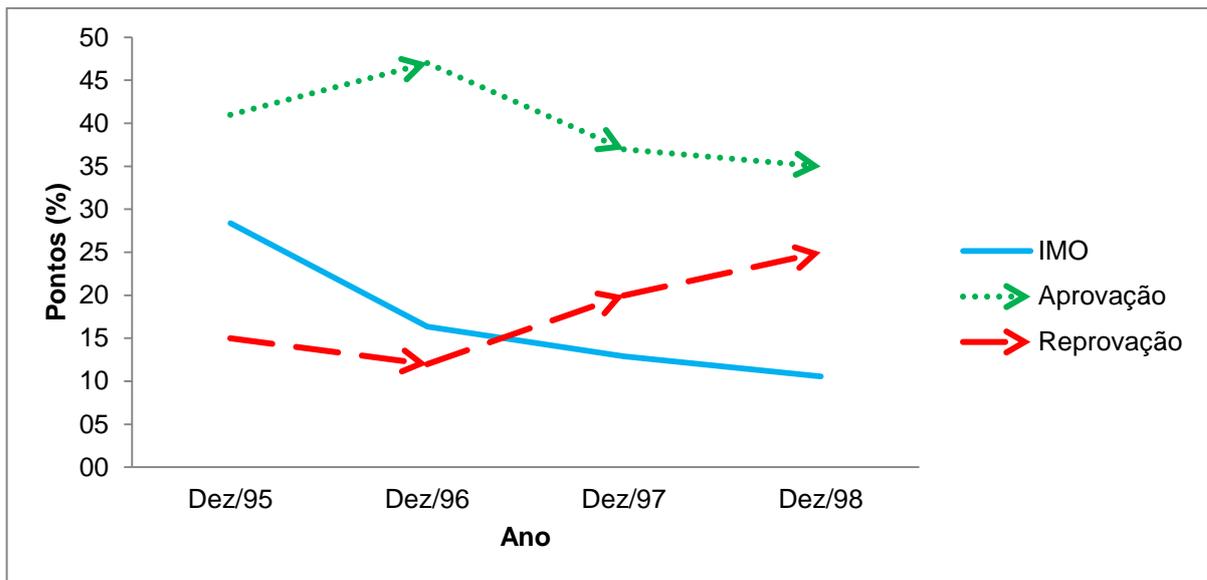
Figura 2 – Índice de aprovação FHC (Primeiro Mandato)



Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

No gráfico 2, é exibida a relação entre os Índices de Miséria de Okun e a reprovação e aprovação presidencial.

Gráfico 2 – Relação Índice de Miséria com o índice de avaliação de FHC (Primeiro Mandato)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

Com a tabela 3, com a figura 2 e com o gráfico 2 é possível constatar que durante o ano de 1995 o IMO teve um movimento de queda, reflexo da estabilização dos níveis de preço. Para o mesmo ano o índice de reprovação diminuiu e o índice de aprovação aumentou. No entanto, para os anos de 1996 até 1998 o Índice de Miséria de Okun continuou caindo mesmo com o aumento do desemprego devido à queda brusca da inflação.

O Índice de Miséria de Okun não capturou a perda de popularidade de Fernando Henrique Cardoso, visto que a tendência negativa da estatística indicaria um ganho de bem-estar para o povo. A análise sugere que mesmo com a queda significativa na inflação, a qual contribuiu para alcançar o menor Índice de Miséria de todo o período de estudo (10,5%), a estatística de forma isolada não foi o suficiente para gerar bons *feedbacks* para o ex-presidente, indicando que variáveis macroeconômicas como desemprego, crescimento econômico, juros, desigualdade podem ser importantes nas preferências dos brasileiros.

4.2.2 Fernando Henrique Cardoso [Segundo Mandato (1999-2002)]

FHC foi o único presidente da história do Brasil que foi eleito e reeleito em primeiro turno. Terminou o seu primeiro mandato com um índice de aprovação e neutralidade acima do índice de reprovação. Com o mesmo *slogan* de campanha do

primeiro mandato (estabilidade do Real), Fernando Henrique Cardoso venceu a corrida para o Palácio do Planalto.

A principal política para manutenção da estabilidade do Real em seu primeiro mandato foi o uso das âncoras cambiais e monetárias. Entretanto, o uso dessas ferramentas era muito custoso para os cofres públicos e abria oportunidade para ataques especulativos contra a moeda. Mas mesmo assim foram utilizadas durante todo o seu primeiro mandato, pois o medo de um possível *overshooting*¹³ poderia gerar um desgaste político para a imagem do presidente e do seu partido.

Contudo, depois da crise russa em agosto de 1998, ficou insustentável o uso do sistema de âncoras. E depois da confirmação da vitória nas urnas o governo de FHC decidiu abandonar o sistema e deu início ao que ficou conhecido como tripé macroeconômico. Portanto, para o segundo mandato de Fernando Henrique entra na política econômica o superávit primário, o câmbio flexível e o regime de metas de inflação. Na tabela 4, é mostrado o impacto sobre a inflação e sobre o desemprego para os anos de 1999 a 2002 e o respectivo IMO de cada ano.

Tabela 4 – Índices macroeconômicos FHC (Segundo Mandato)

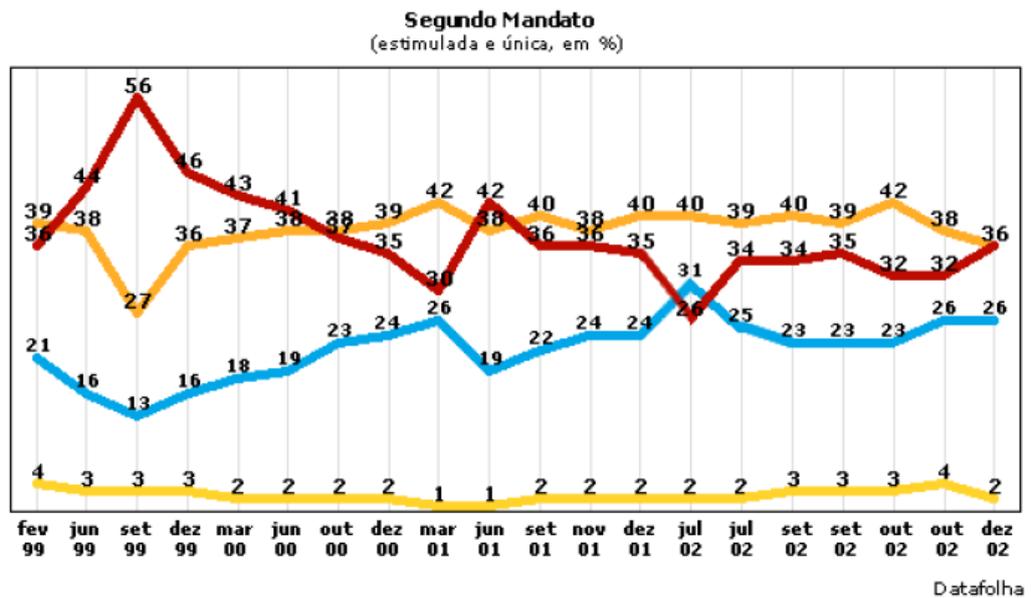
Ano	π	u	IMO
1999	8.9	9.6	18.5
2000	6.0	9.8	15.8
2001	7.7	9.4	17.0
2002	12.5	9.1	21.6

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na figura 3, é possível visualizar os efeitos negativos sobre a popularidade de FHC no início de seu segundo mandato depois da suspensão do sistema de âncoras e a adoção do tripé macroeconômico, o qual causou no ano de 1999 um crescimento tímido do PIB e um crescimento expressivo do IPCA.

¹³ *Overshooting* ou ultrapassagem é um fenômeno de ajuste de curto prazo da taxa de câmbio. É um efeito necessário para o ajuste do nível de preços no curto prazo e da condição de paridade de juros internacional.

Figura 3 – Índice de aprovação FHC (Segundo Mandato)



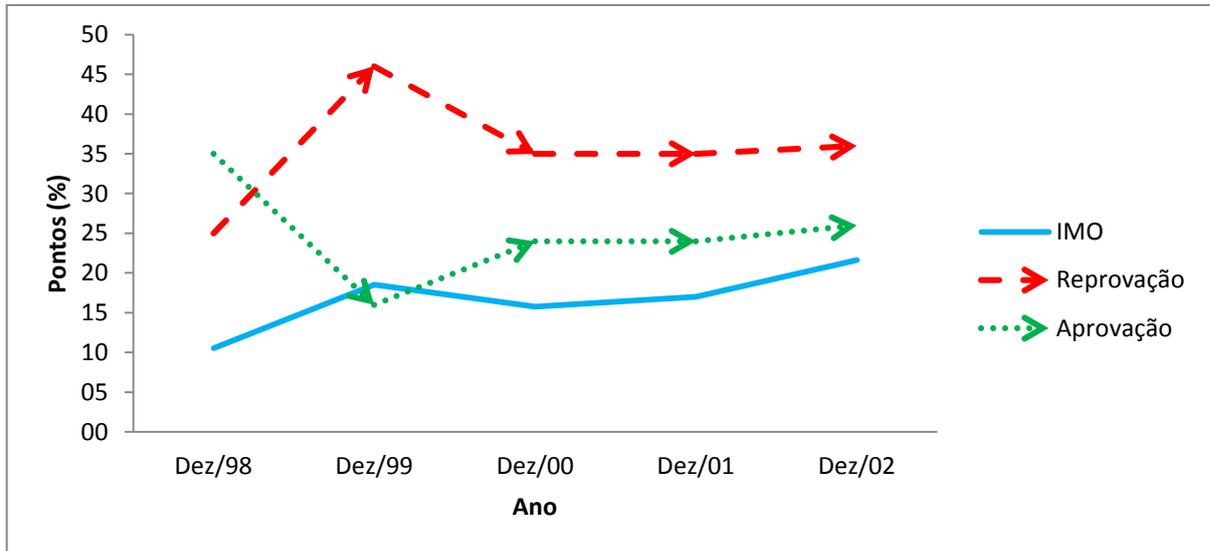
Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

Outros fatores como a tendência crescente da taxa de desemprego, a manutenção da taxa de juros em um patamar elevado, as crises internacionais e o efeito Lula¹⁴ contribuíram para o encerramento do mandato de FHC com um índice de reprovação maior do que o índice de aprovação.

No gráfico 3, é exibida a relação entre o Índice de Miséria de Okun com a reprovação/aprovação presidencial.

¹⁴ O Efeito Lula foi um momento durante a campanha de eleição no qual o então candidato Luíz Inácio Lula da Silva gerou grandes ansiedades no campo econômico. Questões como moratória da dívida, não observação do superávit primário e uma reestatização das empresas já privatizadas geraram expectativas negativas que já afetaram o presidente em exercício FHC, as quais impactaram diretamente as principais variáveis macroeconômicas dos anos 2001 e 2002.

Gráfico 3 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de FHC (Segundo Mandato)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

Com o gráfico acima visualizamos que durante o ano de 1999 o IMO cresceu. Por causa da não manutenção da âncora monetária e com uma nova política monetária menos intervencionista, houve um aumento da taxa de câmbio, que consequentemente afetou o nível de preços nacionais, causando o aumento da inflação. Mesmo com o crescimento econômico e com a redução da taxa de juros, o desemprego aumentou de 98 para 99. Além das incertezas econômicas e políticas que pairavam sobre o Brasil, o 3º pé do tripé macroeconômico desacelerou o crescimento da renda e do emprego. O Regime de Metas de Inflação que entrou em vigor em junho de 1999 sinalizava a preferência do governo FHC pelo controle inflacionário em detrimento da promoção do emprego. No agregado, houve uma piora do bem-estar para esse ano. Para o mesmo ano, o índice de reprovação cresceu e o índice de aprovação reduziu.

No ano 2000, o *Okun Misery Index* registrou um aumento no nível de felicidade. Mesmo com a manutenção da taxa de desemprego em níveis mais altos, variáveis como inflação, crescimento e juros melhoraram o cenário macroeconômico. A depreciação do câmbio (aumento das exportações) e a constante queda dos juros contribuíram para o melhor resultado de crescimento econômico de todos os dois mandatos de FHC, fazendo com que, no ano 2000, a taxa de crescimento chegasse a 4,4%. Entretanto, para os anos 2001 e 2002, as crises internacionais e o efeito

Lula contribuíram para a volta do aumento da taxa de juros e da inflação. Mesmo com a queda na taxa de desemprego e com taxas de crescimento na ordem de 1,4% e 3,1%, FHC terminou o seu mandato com um índice de reprovação maior do que o de aprovação, culminando na eleição de um partido diferente nas eleições de 2002.

4.2.3 Luíz Inácio Lula da Silva [Primeiro Mandato (2003-2006)]

A década de 90 ficou conhecida no Brasil como a “Década das Transformações” (Bertussi, 2018). Questões como a abertura da economia, privatizações, estabilização econômica, tripé macroeconômico, Lei de Responsabilidade Fiscal e programas sociais fizeram com que o Brasil evoluísse na área econômica.

Entretanto, em 2002, o então candidato a presidência da república Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, gerou grandes ansiedades em diversos setores da economia pelas incertezas em relação à manutenção das políticas econômica executada na década passada e pelo medo de que ocorresse um calote da dívida pública. O cenário macroeconômico no ano da eleição não estava bom, fatores como juros altos, câmbio desvalorizado, inflação e desemprego eram os principais problemas (Bertussi, 2018).

Para contornar a situação gerada pelo seu discurso, ainda em campanha, Lula sinalizou aos eleitores e aos mercados que era possível conciliar as obrigações econômicas com os seus princípios ideológicos. Dessa forma, por meio de uma Carta ao Povo Brasileiro¹⁵ e uma Nota ao FMI¹⁶ o futuro presidente eleito conseguiu acalmar os diversos setores da economia. Com essas medidas, o *slogan* que antes tinha como principal meta a ruptura foi mudado para um *slogan* onde um novo Brasil era possível. Assim, o presidenciável conseguiu desbancar José Serra no segundo turno das eleições de 2002, tornando-se o 35º presidente da República Federativa do Brasil.

¹⁵ Segundo Nunes, documento escrito por Lula em 22 de junho de 2002 no qual transmitia aos eleitores e ao mercado sua visão de como resolver os problemas da época. Disponível em: <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

¹⁶ Mesmo sendo contrário à dependência do financiamento externo, Lula escreveu um manifesto onde deixou claro que não iria fazer oposição ao pacote oferecido pelo Fundo Monetário Internacional (Zanini e Fraga 2002). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0808200202.htm>. Acesso em: 5 de junho de 2019.

Em seu primeiro mandato, Luíz Inácio Lula da Silva conseguiu transmitir um compromisso com a economia brasileira. Segundo Prates et al.(2019) após a crise de confiança em 2002 que resultou em um ataque especulativo contra a moeda brasileira, o primeiro mandato de Lula caracterizou-se pela continuidade da política macroeconômica adotada após a crise cambial de 1999 (Continuidade do tripé de política econômica). A manutenção da política econômica de seu antecessor, associado a expectativas positivas geradas pelos seus discursos e atos, contribuíram para atração de capital para o Brasil.

Com o aumento dos investimentos (produtivos e especulativos) e com o *boom* das *commodities* houve um aumento do fluxo de entrada de capitais estrangeiros no país, promovendo uma valorização do Real, que conseqüentemente ajudou no controle inflacionário através do aumento das importações. Dessa forma, abriu espaço para uma menor intervenção do Banco Central via taxas de juros, permitindo a redução da taxa. Com a medida, houve uma contribuição para o crescimento do investimento produtivo, do emprego e da renda. Com a redução da massa de desempregados, os trabalhadores conseguiram um maior poder de barganha e receberam maiores salários e direitos. O efeito de suas políticas sobre as variáveis macroeconômicas estudadas por Okun durante os seus quatro primeiros anos como presidente podem ser vistas na tabela 5.

Tabela 5 – Índices macroeconômicos Lula (Primeiro Mandato)

Ano	π	u	IMO
2003	9.3	9.7	19.0
2004	7.6	8.9	16.5
2005	5.7	9.3	15.0
2006	3.1	8.4	11.5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Analisando os dados da tabela 5, percebemos que o foco do primeiro mandato do ex-presidente era o controle inflacionário. Mesmo com as novas metas de inflação mais altas, a tendência durante todo o primeiro mandato era de baixa. A independência do BACEN permitiu usar os juros como ferramenta de controle. Como a nova meta era crível, as expectativas contribuíram para a convergência da taxa.

Para os anos de 2003 e 2004, o desemprego recuou enquanto o produto aumentou. Resultado relacionado com as reformas tributárias e previdenciárias

(PEC 41 e PEC 42, respectivamente), com o cenário macroeconômico externo (exportações e câmbio) e as expectativas positivas com relação à gestão do petista.

Entretanto, em 2005, a tendência crescente dos juros causada pelo objetivo de controle inflacionário, associado à crise política trazida com o mensalão¹⁷, fizeram com que o crescimento do produto desacelerasse e que a taxa de desemprego aumentasse no ano.

Em 2006 vemos uma recuperação do emprego, baixa da inflação, queda dos juros e do aumento do produto. Essa composição ótima da economia está relacionada com a política econômica voltada para as exportações associada à massiva demanda por minério de ferro e soja da China em meio dos aumentos nos preços das *commodities*.

De acordo com o Tesouro Nacional, por meio do site Tesouro Nacional Transparente, durante os quatro primeiros anos do mandato de Lula, a agência de classificação de risco Standard & Poor's concedeu melhoras na classificação de risco da dívida de longo prazo em moeda local do Brasil. De abril de 2003 até maio de 2007 a classificação melhorou progressivamente saindo de BB para BBB durante esse período¹⁸. Com isso, aos poucos o Brasil passou da categoria de especulação para a categoria de grau de investimento de qualidade média. Portanto, essas avaliações ajudaram a aumentar o investimento produtivo em detrimento do investimento especulativo via redução da taxa de juros e barateamento do crédito. O impacto dessa melhora pode ser visto com o aumento do consumo e investimento e, conseqüentemente, da renda e produção. Impactando de forma positiva a promoção do emprego. As melhoras nas avaliações das agências de classificação de risco também se estenderam sobre a gestão de 2007-2010.

Nas figuras 4 e 5, é possível visualizar os efeitos positivos sobre a popularidade de Lula durante seu primeiro mandato.

¹⁷ Segundo Anderson (2011), o mensalão era um esquema em que o governo comprava o voto dos deputados de modo sistemático pagando U\$7.000 ao mês para assegurar a maioria na Câmara.

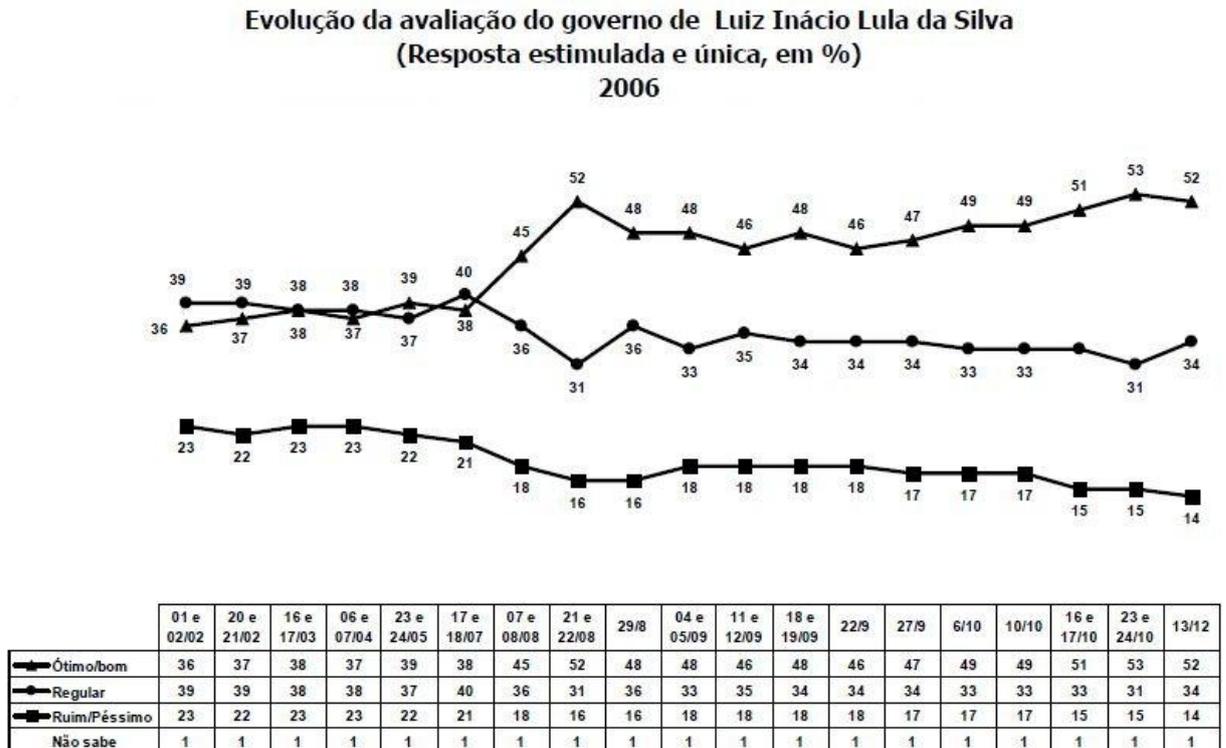
¹⁸ Histórico da classificação do risco da dívida. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/consultas/historico-da-classificacao-de-risco-da-divida> Acesso em 25 de junho de 2019.

Figura 4 – Índice de aprovação Lula 2003-2005 (Primeiro Mandato)



Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

Figura 5 – Índice de aprovação Lula 2006 (Primeiro Mandato)



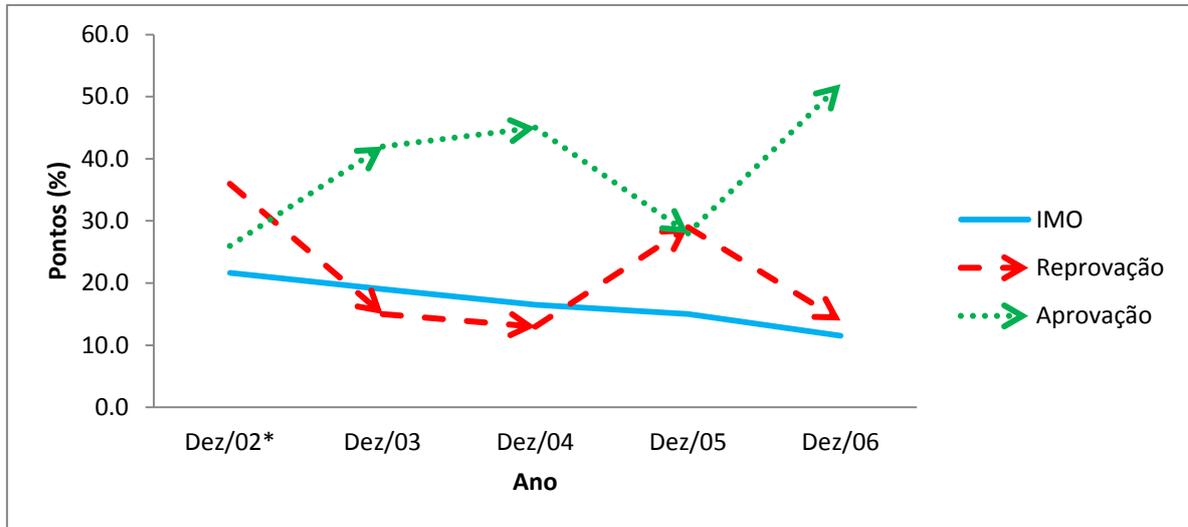
Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

Outros aspectos afetaram a avaliação presidencial do período. Segundo de Barros et al. (2006). Entre 2001 e 2005, o grau de desigualdade renda no Brasil declinou de forma acentuada e continua, atingindo, em 2005, o nível mais baixo do período entre 1975 a 2005. O Coeficiente de Gini diminuiu quase 5%, e a razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, mais de 20%. Ainda segundo o autor, essa redução na desigualdade contribuiu para diminuir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais carente, mesmo em um período de relativa estagnação da renda per capita.

Programas de transferências governamentais de renda, como o Bolsa Família¹⁹, contribuíram para o combate a desigualdade. Entretanto, ainda que no ano de 2005 tenha sido atingido o valor mais baixo de desigualdade, escândalos de corrupção envolvendo o partido do ex-presidente e de pessoas ligados ao governo acarretaram uma avaliação ruim para Luiz Inácio, fazendo com que o número de pessoas que reprovavam o seu governo ultrapassasse o número das que aprovavam. Sinalizando que mesmo com avanços econômicos no Brasil, fatores não econômicos, principalmente a corrupção, são fatores importantes para entender a satisfação da população com o seu chefe de estado. No gráfico 4, é exibida a relação entre o Índice de Miséria de Okun com a reprovação/aprovação presidencial.

¹⁹ Programa de transferência de renda que provê recursos financeiros para famílias pobres que cumpram certas obrigações relativas a atendimento escolar e cuidados de saúde e nutrição para crianças e mulheres grávidas ou lactantes (Bohn 2011).

Gráfico 4 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Lula (Primeiro Mandato)



*Em Dezembro de 2002 foi utilizado o IMO e a avaliação presidencial de FHC para efeito de comparação.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

Com o gráfico acima vemos que durante toda a gestão do ex-presidente Lula o IMO caiu. Vemos também que para os anos de 2003 e 2004 os índices de aprovação e reprovação seguiram a intuição no sentido de quanto menor o IMO, maior é o índice de aprovação e menor o índice de reprovação. No final de 2002 o índice de aprovação de Fernando Henrique Cardoso era de 26 pontos percentuais, o de reprovação era de 36 pontos percentuais e o IMO era de 21,6%. Durante os dois primeiros anos da gestão petista, o *Misery Index* recuou enquanto a aprovação presidencial aumentou. Entretanto, em 2005, ano do estopim do escândalo de corrupção envolvendo o governo, ainda que o IMO tenha caído de 16,5% para 15%, o índice de aprovação caiu vertiginosamente, passando de 45 para 28 pontos percentuais no ano e os de reprovação aumentou de 13 para 29 pontos no mesmo ano.

Ainda assim, com o gráfico 4 vemos que Luíz Inácio terminou o primeiro mandato conseguindo diminuir o IMO em mais de 10 pontos percentuais durante a sua gestão. Segundo Bohn (2011), os programas sociais e projetos de lei desenvolvidos na gestão Lula como o Bolsa Família e o Estatuto do Idoso, tiveram um papel chave na transformação de sua base eleitoral em 2006. Por esses e por muitos outros feitos econômicos e não econômicos, o ex-presidente conseguiu

terminar o primeiro governo com o dobro de aprovação de FHC e conseguiu se reeleger mesmo estando com a imagem arranhada com muitos eleitores devido as denúncias de corrupção envolvendo o governo.

4.2.4 Luíz Inácio Lula da Silva [Segundo Mandato (2007-2010)]

No último ano do primeiro mandato, o ex-presidente conseguiu atingir o menor Índice de Miséria de sua gestão, alcançando a marca de 11,5 pontos. Esse resultado foi construído com as políticas econômicas supracitadas e com o cenário externo favorável. Com o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas à redistribuição de renda, inclusão e de combate à fome e a pobreza, Luíz Inácio Lula da Silva conseguiu ser reeleito em segundo turno quando derrotou Geraldo Alckmin em 29 de outubro de 2006.

Em seu segundo mandato, Lula mudou sua política para uma visão mais social desenvolvimentista. Através da política fiscal, principalmente com desembolsos do BNDES, o ex-presidente priorizou a manutenção do emprego e do crescimento da renda ao custo de uma maior inflação e de menor resultado primário (Bertussi, 2018).

Durante os anos de 2008 e 2009 o petista expandiu os gastos do governo para gerar investimento e demanda agregada interna. Utilizou políticas contracíclicas para enfrentar a crise financeira internacional que tinha corroído as conquistas de expansão do crédito e da apreciação cambial do seu primeiro mandato. Já em 2010 surtiu os efeitos das decisões da equipe econômica de Luíz Inácio, quando o desemprego recuou em um ponto percentual e a renda expandiu em 7,5%²⁰. Entretanto, ao custo de uma inflação 1,6% maior. Coligado a essas políticas econômicas internas, o novo *boom* de fluxos de capitais para economias emergentes a partir de meados de 2009, impulsionado pelas políticas monetárias expansionistas no exterior, a moeda brasileira voltou a se apreciar. O Brasil tornou-se mais uma vez receptáculo de investimento externo dado o elevado diferencial entre as taxas de juros internas e externas (Prates et al., 2019).

Com a tabela 6 vemos os impactos sobre a inflação, desemprego e consequentemente sobre o IMO.

²⁰ Embora o investimento tenha reduzido de forma brusca, o motor do crescimento econômico em 2010 foi o consumo das famílias.

Tabela 6 – Índices macroeconômicos Lula (Segundo Mandato)

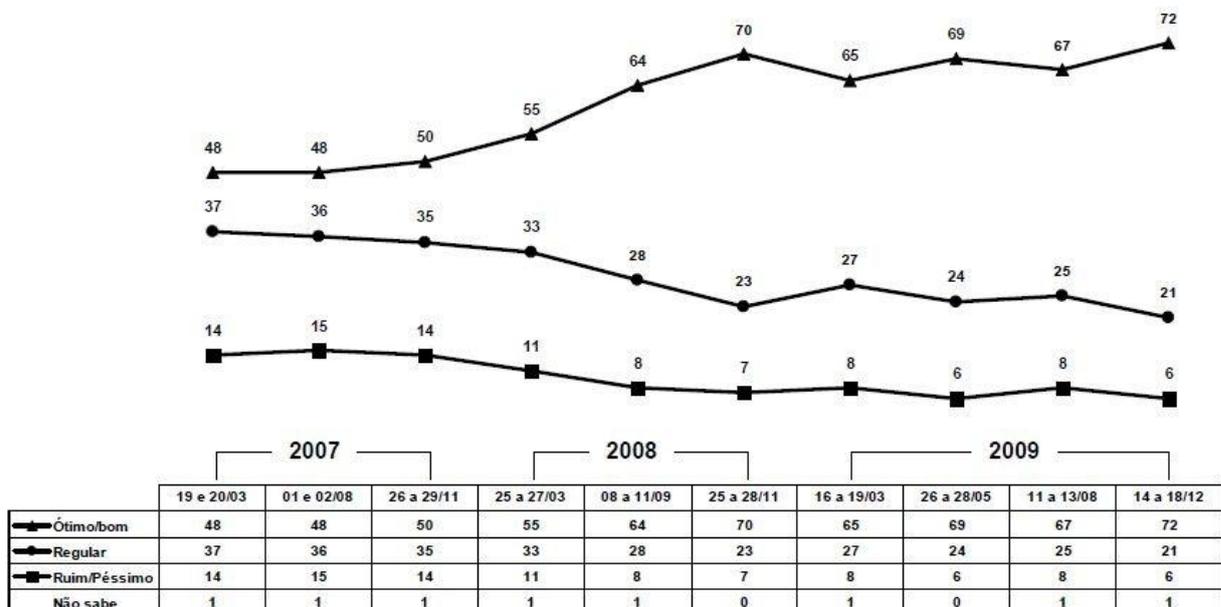
Ano	π	u	IMO
2007	4.5	8.1	12.6
2008	5.9	7.6	13.5
2009	4.3	8.3	12.6
2010	5.9	7.3	13.2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a tabela 6 percebemos que o ex-presidente conseguiu durante o seu segundo mandato manter o Índice de Miséria de Okun em patamares baixos e com uma variação muito pequena (inferior a um ponto percentual). A estabilidade em meio à crise foi um dos sucessos de Luiz Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato. Na figura 6 e 7 são mostradas a evolução da avaliação do governo Lula 2 e no gráfico 5, é exibida a relação entre o Índice de Miséria de Okun com a reprovação/aprovação presidencial.

Figura 6 – Índice de aprovação Lula 2007-2009 (Segundo Mandato)

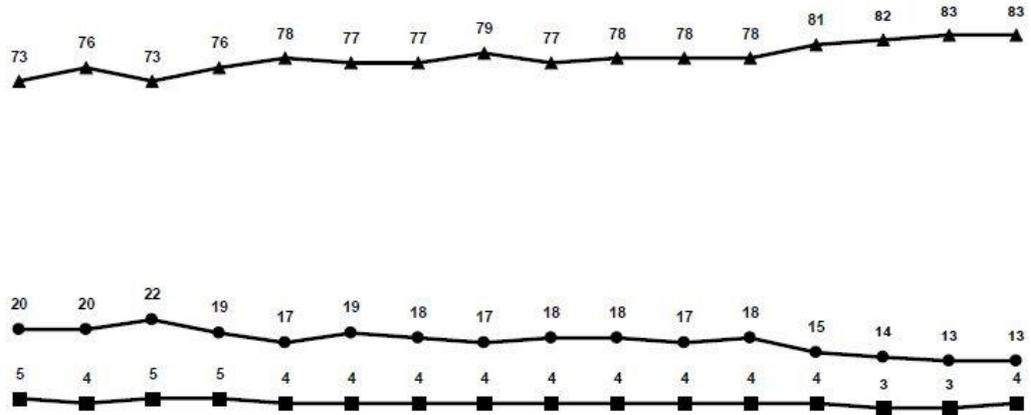
Evolução da avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva
(Resposta estimulada e única, em %)
2007 a 2009



Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

Figura 7 – Índice de aprovação Lula 2010 (Segundo Mandato)

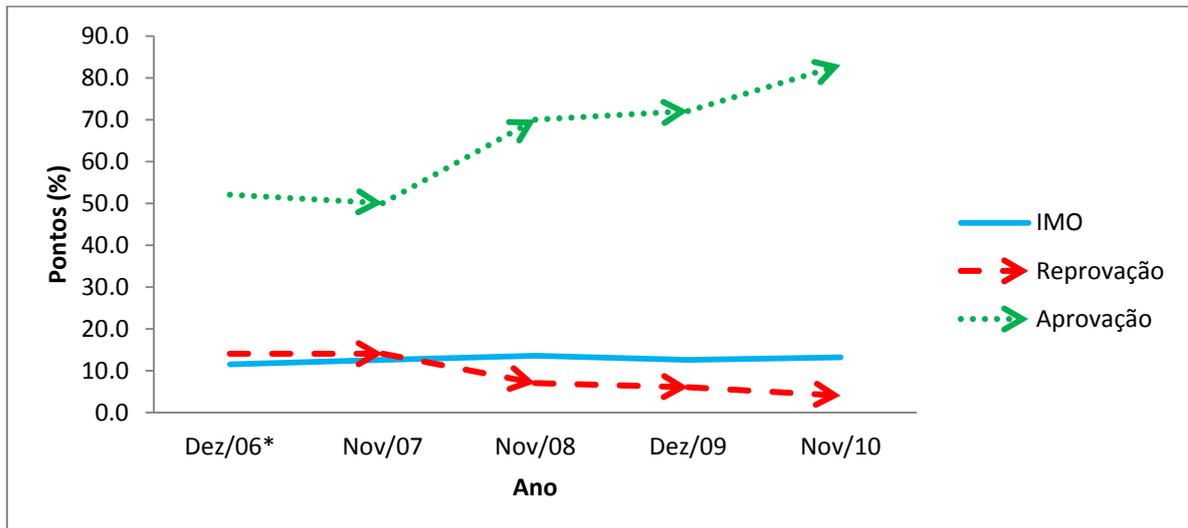
Evolução da avaliação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva
(Resposta estimulada e única, em %)
2010



	24 e 25/02	25 e 26/03	15 e 16/04	20 e 21/05	30/06 e 01/07	20 a 23/07	09 a 12/08	23 e 24/08	08 e 09/09	13 a 15/09	21 e 22/09	08/10	14 e 15/10	21/10	26/10	17 a 19/11
Ótimo/bom	73	76	73	76	78	77	77	79	77	78	78	78	81	82	83	83
Regular	20	20	22	19	17	19	18	17	18	18	17	18	15	14	13	13
Ruim/Péssimo	5	4	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3	3	4
Não sabe	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0

Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

Gráfico 5 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Lula (Segundo Mandato)



*Em Dezembro de 2006 foi utilizado o IMO e a avaliação presidencial de Lula 1 para efeito de comparação.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

Com o gráfico 5, é possível visualizar a forte ascensão da aprovação e a constante queda da reprovação presidencial com o IMO estabilizado. Segundo o

Instituto Datafolha, depois de aplicado a seguinte pergunta: “Na sua opinião, em qual área o presidente Lula está se saindo melhor?” para a maioria dos brasileiros as respostas foram: Combate à fome e à miséria, economia e combate ao desemprego/criação de empregos.

Outro fator que merece destaque no governo Lula é a saúde. Segundo o Instituto Datafolha, depois de aplicar a pergunta: “Na sua opinião, em qual área o presidente Lula está se saindo pior?” a saúde foi a resposta mais escolhida pela população brasileira nos dois mandatos do ex-presidente.

Nesse aspecto, há uma divergência entre a Teoria da Felicidade e os índices de aprovação/reprovação presidencial. Segundo a teoria econômica, a saúde é o fator de maior importância no bem-estar subjetivo da população. Entretanto, temos uma divergência entre as queixas da população e o resultado dos índices de aprovação. Em 2010, Luiz Inácio Lula da Silva obteve o recorde de aprovação presidencial com 83 pontos percentuais e reprovação na casa dos 4 pontos percentuais. Porém, para o mesmo ano, houve recorde de queixas na ordem de 23% da população brasileira dizia que o pior aspecto do governo Lula era a saúde.

4.2.5 Dilma Rousseff [Primeiro Mandato (2011-2014)]

De acordo com Anderson (2011, p. 45 e 46):

“(...) a vitória de Dilma Rousseff foi, certamente, por procuração, o maior triunfo eleitoral de Lula. Figura pouco conhecida da população até poucos meses antes, que nunca tinha se apresentado aos eleitores ou possuía qualquer traço carismático, Dilma obteve nas urnas, tão logo foi escolhida por ele, uma pontuação muito próxima à de Lula, com uma maioria retumbante de 56% no segundo turno: 3 milhões de votos a menos do que ele conseguira em 2006, 3 milhões a mais do que em 2002. No Congresso, onde o PT pela primeira vez se tornou o maior partido, e no Senado, onde também obteve grande crescimento, ela comanda uma maioria da qual o próprio Lula nunca desfrutou — o apoio de mais de dois terços da legislatura em cada casa”.

Dilma Rousseff, candidata escolhida pelo Partido dos Trabalhadores, ganhou as eleições de 2010 quando desbancou o então candidato do PSDB José Serra. Continuando a gestão petista começada há oito anos com o ex-presidente Lula. Dilma Rousseff foi a 36ª presidente do Brasil e foi a primeira mulher a tomar posse do mais alto posto do governo brasileiro.

Diferente do caráter social desenvolvimentista adotado por seu antecessor no início do segundo mandato, em 2011, as políticas monetárias, creditícias e fiscais

adotadas pela presidente foram notadamente restritiva. A política adotada vinha complementar as iniciativas do final do governo Lula. O principal objetivo da petista era desacelerar a economia para conter a inflação. Segundo Holland (2012), no primeiro mandato de Dilma houve uma mudança na política econômica, conhecida como “Nova Matriz Econômica”. Os três pilares dessa matriz eram: i) Taxa de juros baixas; ii) Taxa de câmbio competitiva e iii) Consolidação fiscal amigável ao investimento. Ao lado da expansão fiscal e das desonerações sobre produção e investimento o objetivo do programa era a retomada do investimento via restauração da competitividade do setor manufatureiro (Prates et al., 2019).

Com a tabela 7 vemos os resultados sobre a inflação, desemprego e consequentemente sobre o IMO no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Tabela 7 – Índices macroeconômicos Dilma (Primeiro Mandato)

Ano	π	u	IMO
2011	6.5	6.7	13.2
2012	5.8	7.2	13.0
2013	5.9	7.0	12.9
2014	6.4	6.7	13.1

Fonte: Elaborado pelo autor.

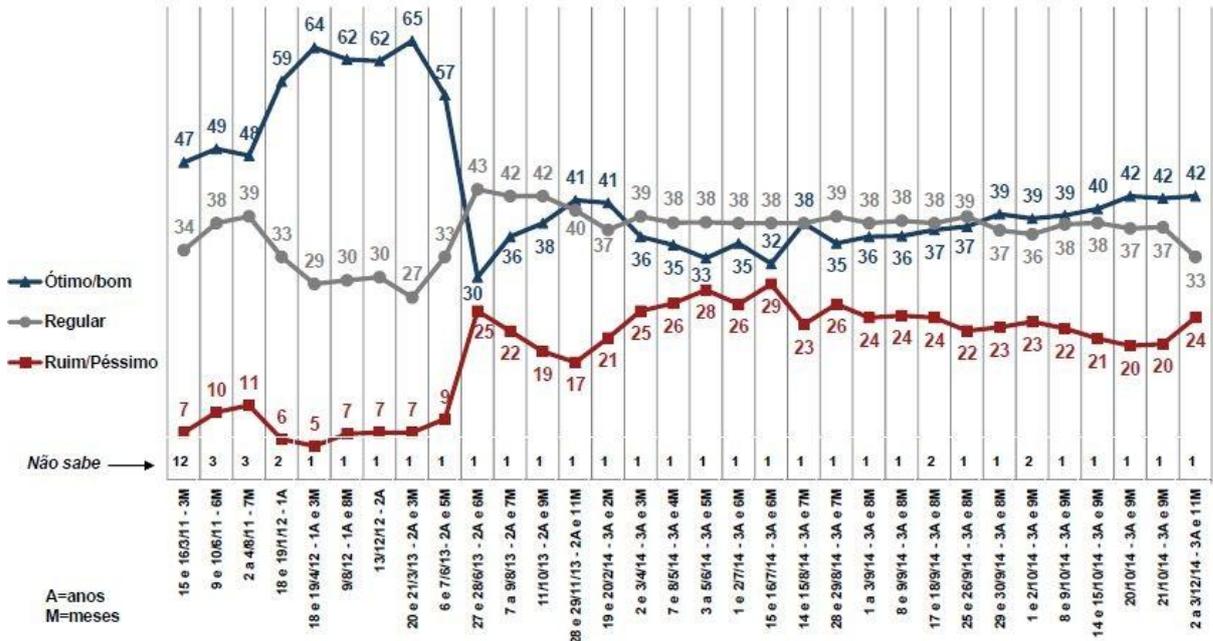
Segundo Prates et al. (2019) a desaceleração da economia teve início no final do governo Lula e intensificou-se em 2012. Esse esfriamento decorreu da deterioração do contexto externo (crise na zona do euro, política monetária contracionista nos Estados Unidos e desaceleração da economia chinesa – resultando na redução dos fluxos de capitais para as economias emergentes, na desaceleração do crescimento e na queda dos preços das *commodities*), bem como do esgotamento dos pilares do modelo de crescimento vigente entre 2004-2010 ancorado no consumo das famílias. Após breve recuperação em 2013, no segundo trimestre desse ano a “nova matriz” começou a ser desmontada no âmbito monetário e cambial (aumento da taxa de juros e depreciação do câmbio).

Analisando o IMO percebemos que Dilma Rousseff conseguiu realizar o mesmo feito que Lula, manter o Índice de Miséria estável em meio à recessão da economia brasileira.

Com a figura 8, vemos com a avaliação popular o reflexo de suas políticas no bem-estar das pessoas.

Figura 8 – Índice de aprovação Dilma (Primeiro Mandato)

Evolução da avaliação do governo de Dilma Rousseff – 1º mandato
(estimulada e única, em %)

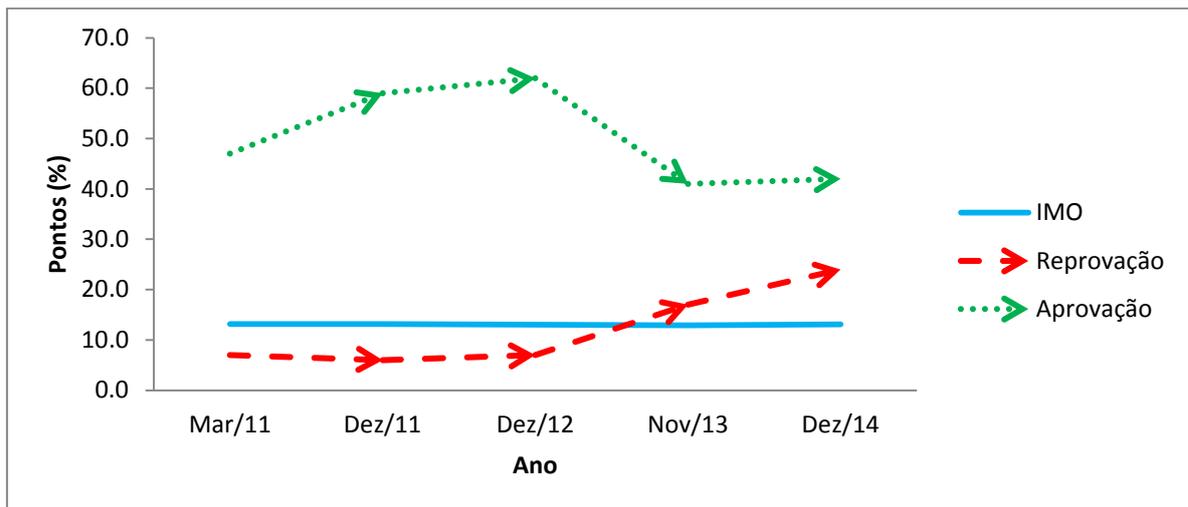


Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

Com um ano de governo, Dilma Rousseff conseguiu elevar sua popularidade tendo a classificação ótimo/bom aumentado de 47 pontos percentuais para 59 pontos percentuais. Esse *feedback* positivo é muito por conta do bom legado do ex-presidente Lula, das expectativas positivas em cima da nova chefe de estado com sua nova política macroeconômica e por causa da queda da taxa de desemprego de 7,3% para 6,7%. No final de 2012 o seu índice de aprovação subiu ainda mais, chegando ao nível de 62 pontos percentuais de aprovação. Com a exoneração de diversos ministros ligados a corrupção, com a queda da inflação e com uma política monetária expansionista, a ex-presidente conseguiu melhorar um pouco mais a sua aceitação. Já em 2013, vemos os efeitos da desvalorização cambial e da implementação de uma política monetária contracionista (↑i) em meio a manifestações populares por demanda de serviços públicos melhores e mais baratos. Para o ano de 2014 o número de eleitores que reprovavam seu governo saltou de 17 pontos percentuais para 24 pontos percentuais, reflexo do início da operação “Lava Jato”. Impactando na credibilidade do governo e na redução do

investimento e do produto da economia brasileira. No gráfico 6, é exibida a relação entre o Índice de Miséria de Okun com a reprovação/aprovação presidencial do período.

Gráfico 6 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Dilma (Primeiro Mandato)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

No gráfico 6, é notável a queda de popularidade da ex-presidente no ano de 2013. Ainda com Índice de Miséria de Okun estável, Dilma Rousseff enfrentou uma turbulência política quando várias pessoas ligadas a seu governo estavam envolvidas com corrupção. Além disso, as respostas frente às manifestações populares de junho desse ano não agradaram ao povo brasileiro, resultando na queda de sua popularidade.

Organizações como a Transparência Internacional investigam a percepção da corrupção em diversos países, atribuindo pontuações de zero (Muito corrupto) a cem (Muito Integro) por meio de pesquisas e avaliações com o intuito de medir a corrupção e a eficiência do setor público. Desde que o índice passou a ser calculado e comparado anualmente no Brasil em 2012, os resultados apresentaram um aumento na percepção de corrupção no país.

Com esse resultado podemos entender o porquê do aumento da impopularidade da ex-presidente mesmo com a estabilidade do Índice de Miséria de Okun. A percepção de corrupção no setor público por parte da população brasileira enfraqueceu a credibilidade do Estado.

Entretanto, com os estudos de Prates et al. (2019, p. 25):

“A política social significativamente ativa foi uma das principais características da orientação política dos governos do PT. Essa política foi instrumento-chave para atingir os objetivos de redistribuição de renda e promoção do consumo doméstico. O instrumento mais relevante em termos redistributivos foi o aumento do salário mínimo, cuja regra de ajuste anual adotada no período analisado foi de atualização dos valores pela inflação do ano anterior medido pelo INPC e pelo crescimento do PIB de dois anos anteriores. Assim, o salário mínimo cresceu 66,9% em termos reais de 2003 a 2014”.

Assim, analisando os 12 primeiros anos de governo PT, vemos que as medidas de promoção ao emprego e as políticas redistributivas, como a política do salário mínimo e do programa Bolsa Família, foram capazes de gerar um bem-estar suficientemente alto no Brasil para reeleger Dilma Rousseff para o seu segundo mandato. Em meio à desaceleração econômica, elevação dos juros e da alta na inflação a ex-presidente conseguiu desbancar Aécio Neves na corrida presidencial de 2014 com um placar apertado.

4.2.6 Dilma Rousseff [Segundo Mandato (2015-2016)]

Depois da vitória nas urnas, a economia perdeu ritmo novamente e entrou em 2015 e 2016 numa das piores recessões econômicas registradas. A deterioração nos termos de troca, a inflação acelerada devido aos “descongelamentos” dos preços administrados (gasolina, energia, passagens de transporte público), a forte desvalorização da moeda e o arroxio nas políticas fiscais e monetárias contribuíram para o agravamento da crise. Neste cenário, de recessão econômica e incerteza, houve queda nos salários e lucros reais e a oferta de crédito retraiu, piorando ainda mais a situação de fragilidade financeira das empresas (Prates et al., 2019). Na tabela 8, vemos o resultado das variáveis que compõe o IMO no ano de 2015.

Tabela 8 – Índices macroeconômicos Dilma (Segundo Mandato)

Ano*	π	u	IMO
2015	10.7	8.4	19.1

*Não foi considerado o ano de 2016 no segundo mandato de Dilma Rousseff porque nesse ano o tempo de sua gestão foi inferior ao tempo de gestão de Michel Temer.

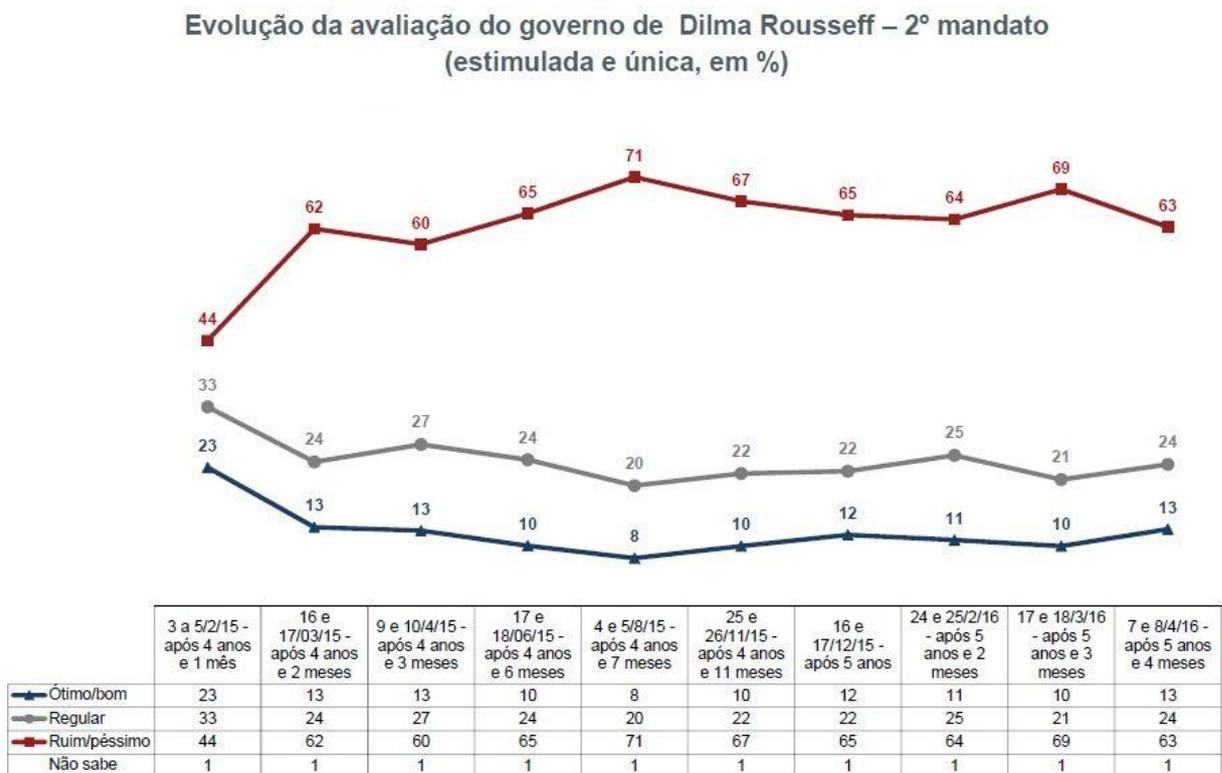
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com as tabelas 7 e 8, vemos que do último ano do primeiro mandato para o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff o IPCA subiu 4,3%, puxado

principalmente pela alta da gasolina e da energia elétrica causada pelo “descongelamento” dos preços. O desemprego aumentou 1,7% devido às incertezas, dificuldade do crédito e queda dos investimentos públicos e privados. O Índice de Miséria de Okun sofreu a maior variação dos últimos 15 anos, tendo aumentado seis pontos percentuais de 2014 para 2015.

O impacto sobre a avaliação de Dilma Rousseff após o seu segundo mandato pode ser visto na figura 9.

Figura 9 – Índice de aprovação Dilma (Segundo Mandato)



Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

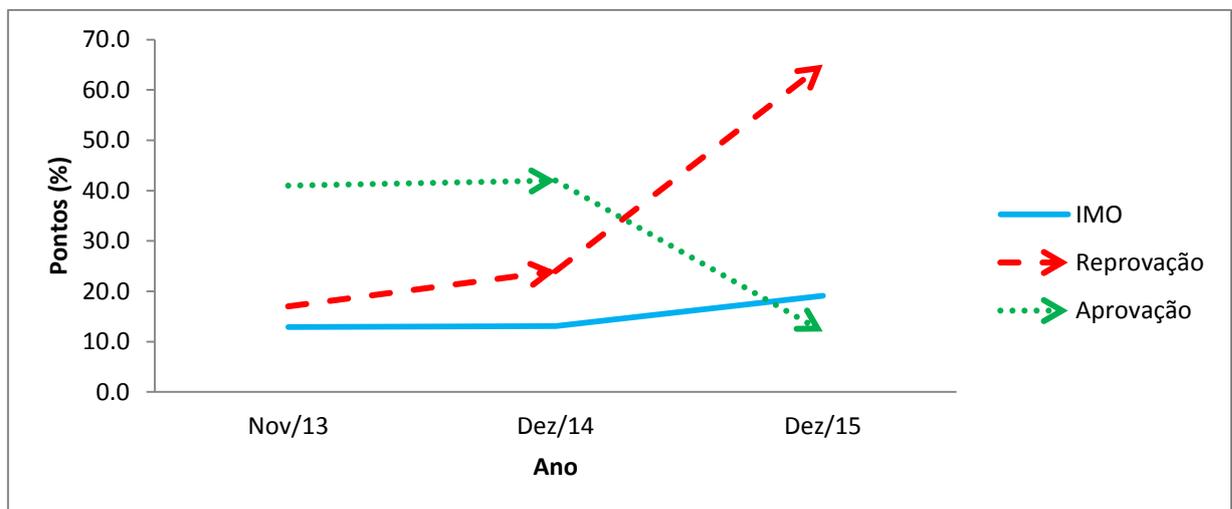
Com a figura 9 podemos visualizar a evolução da taxa de reprovação e a involução da taxa de aprovação até agosto de 2015. Este resultado foi efeito das manifestações populares contra o governo de Dilma e contra a corrupção evidenciada pelos desdobramentos da operação “Lava Jato”. Ainda que houvesse manifestações pró-Dilma e que a adesão popular em outros protestos tenha tido menos participações pessoais, a avaliação do governo estabilizou até abril de 2016 em patamares próximos ao pior resultado da petista ocorrido em agosto de 2015. A ex-presidente sofreu um impeachment com uma reprovação de 63 pontos

percentuais e uma aprovação de 13 pontos percentuais de acordo com o Instituto Datafolha.

A insustentabilidade da política de repressão de preços, associado a fatores como a queda do Resultado Primário, falta de reformas robustas, excesso de estímulos tributários, aumento do salário mínimo acima da produtividade e o alto custo da máquina pública podem ser usados para explicar a involução econômica enfrentada em seu governo.

De acordo com Bertussi (2018), o tripé macroeconômico não foi respeitado, em 2015 houve déficit primário, a inflação ficou acima da meta e o câmbio sofreu constantes intervenções do BC. Para Franco (2018), a política econômica da “Nova Matriz Econômica” se transformou em um processo de “Inflacionismo”, “seletivismo” e “isolacionismo”. No gráfico 7 é mostrado a relação entre o IMO com a reprovação/aprovação presidencial para os dois mandatos.

Gráfico 7 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Dilma (Segundo Mandato)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

No gráfico 7, percebemos a perda de popularidade de Dilma Rousseff em 2015, quando o índice de aprovação presidencial caiu de 42% para 12% e o índice de rejeição aumentou de 24% para 65%. O aumento em seis pontos percentuais do Índice de Miséria de Okun capturou tanto o aumento da infelicidade quanto a recessão econômica sofrida nesse primeiro ano do segundo mandato da ex-presidente. Em um país dividido depois da última eleição, o aumento brusco do IMO,

associado aos escândalos de corrupção envolvendo o governo, levou milhões de brasileiros as ruas para pedir o impeachment da presidente.

Com a popularização dos *smartphones* e da *internet*, o ato de fiscalizar, cobrar e protestar tornaram-se muito mais ágil, acessíveis e transparentes. Para Pinto (2017, p.122) “As manifestações que ocorreram no Brasil nos anos de 2013, 2014 e 2015, assim como as do ano de 2011 no restante do mundo, tiveram as redes sociais como um elemento novo de organização e convocação”. A *internet* e os dispositivos móveis tornaram-se vetores de captação do bem-estar coletivo. Com posts e vídeos pessoas conseguem organizar grupos e pensamentos para expor suas demandas econômicas e não econômicas de forma muito mais prática. E com a mesma ferramenta, conseguem se organizar para cobrar dos *policymakers* as suas exigências.

4.2.7 Michel Temer [Mandato único (2016-2018)]

Michel Temer, vice-presidente na chapa Dilma/Temer, tomou posse da presidência no dia 31 de agosto de 2016²¹ quando a ex-presidente Dilma Rousseff sofreu um impeachment e tornou-se o 37º presidente do Brasil.

Durante o seu governo adotou medidas com foco na estabilização econômica, a principal delas foi a Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto de gastos para o governo durante os próximos 20 anos. Também expandiu o programa de privatizações de rodovias, aeroportos e outros setores estatais iniciados no governo anterior, também propôs à reforma da previdência e diversas outras sinalizações de cunho mais ortodoxo.

Entretanto, também adotou medidas expansionistas como a redução da taxa de juros, chegando no seu governo ao piso histórico²², a liberação do FGTS para milhões de trabalhadores e aposentados e outros atos de viés heterodoxo.

Com a tabela 9 vemos os efeitos sobre a inflação, desemprego e consequentemente sobre o IMO durante os 2 anos e 7 meses de gestão Temer²³.

²¹ Mesmo tomando posse no dia 31 de agosto de 2016, Michel Temer já estava no cargo de forma interina desde 12 de maio do mesmo ano.

²² 6,5% a.a foi a menor taxa de juros básica (SELIC) desde o início do cálculo pelo BACEN em 1996.

²³ Para o governo Temer, iremos considerar para o cálculo do Índice de Miséria de Okun o ano de 2016, pois nesses anos a maior parte do mandato foi de liderança do “MDBista”.

Tabela 9 – Índices macroeconômicos Temer (Mandato Único)

Ano	π	u	IMO
2016	6.3	11.6	17.9
2017	3.0	13.3	16.3
2018	3.8	12.0	15.8

Fonte: Elaborado pelo autor.

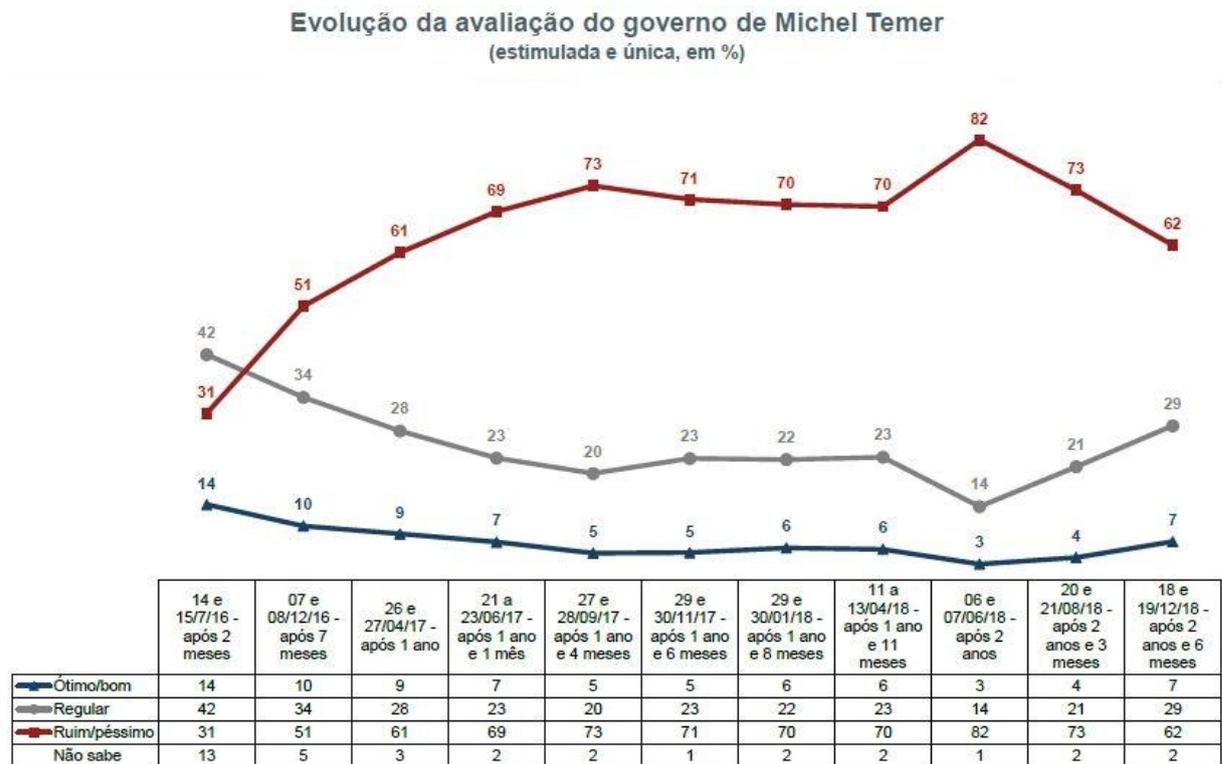
Com a tabela 9, vemos que em 2016 o foco era o controle inflacionário. Medidas de cunho mais ortodoxo foram tomadas nesse ano. A mais simbólica foi a Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC dos Gastos, principal medida para sinalização de controle fiscal do governo. O resultado desse ano foi de controle inflacionário e de tímida retomada do crescimento econômico. Porém, à custa de um maior desemprego quando comparado com o governo Dilma.

No ano de 2017 o foco ainda era de estabilização econômica. Com a melhora do cenário internacional e com os efeitos mais concretos das políticas adotadas no penúltimo ano de seu exercício, o governo de Michel Temer conseguiu 1,1% de crescimento econômico para esse ano. Com a super safra agrícola, com o controle dos gastos públicos e com a alta taxa de desemprego o governo do “Mdbista” teve para o ano de 2017 uma queda no nível geral de preços.

Em 2018 o foco do governo era a tentativa de retomar o crescimento econômico. Política monetária expansionista com a redução da taxa básica de juros SELIC, associada a expectativas positivas com relação a reformas políticas, não impactaram de forma positiva o emprego. No mês de maio de 2018 desencadeou a greve nacional dos caminhoneiros, impactando negativamente a inflação ($\uparrow\pi$) e o crescimento econômico ($\downarrow y$) desse ano.

Na figura 10 é mostrado a avaliação popular do ex-presidente Michel Temer.

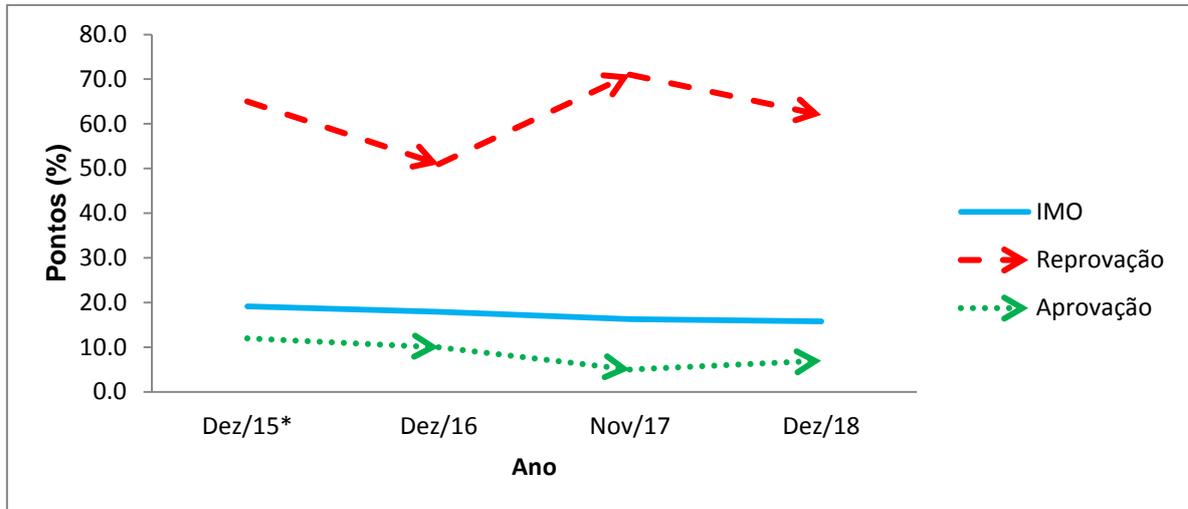
Figura 10 – Índice de aprovação Temer (Mandato único)



Fonte: Gerência de Pesquisas de Opinião do Datafolha.

No governo Temer o tripé macroeconômico foi reestabelecido. Segundo Prates et al. (2019) com o novo presidente do BC, Ilan Goldfajn, a política cambial teve menos intervenções do BC e a política monetária se tornou mais restritiva até o primeiro trimestre de 2017. Mas, a Emenda Constitucional 95 não teve impacto no curto prazo. O governo ampliou a meta de déficit primário (de R\$ 97 bilhões para R\$170,5 bilhões). Também articulou a reforma trabalhista que estimulou a terceirização do trabalho. Já a reforma na previdência proposta não conseguiu ser votada pelo congresso por conta das eleições de 2018. No gráfico 8, com os dados da figura 10, é construída a relação entre a aprovação, reprovação e IMO para o governo do “Mdbista”.

Gráfico 8 – Relação Índice de Miséria de Okun com o índice de avaliação de Michel Temer (Mandato Único)



*Em Dezembro de 2015 foi utilizado o IMO e a avaliação presidencial de Dilma Rousseff para efeito de comparação.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

Com o gráfico 8, é possível visualizar que nos seis primeiros meses de gestão Temer o Índice de Miséria de Okun caiu 1,2%, a sua aprovação presidencial comparada com a de Dilma Rousseff caiu, entretanto a sua reprovação caiu, sinalizando que a massa populacional no primeiro ano de governo Temer estava neutra ao novo chefe de estado. Se analisarmos os componentes do IMO veremos que ainda que o ex-presidente tenha diminuído a inflação em 4,4%, no comando dele houve um aumento de 3,2% na taxa de desemprego. De acordo com Frey (2008) taxas de inflação superiores a 5% possui impactos significativos no nível de felicidade dos indivíduos. Por isso vemos um bem-estar maior para a população no primeiro semestre de governo, pois no governo Michel Temer conseguiu-se reduzir a inflação de 10,7% para 6,3%.

Contudo, no ano de 2017, com os vazamentos dos áudios gravados por Joesley Batista, onde aparece a voz de Michel Temer conversando e participando de diversas questões ligadas a corrupção, houve um aumento da impopularidade do ex-presidente. Mesmo com a redução da taxa de inflação (de 6,3% para 3%) e a redução do IMO (de 17,9% para 16,3%) a popularidade do “Mdbista” caiu vertiginosamente, terminando o ano com uma aprovação de apenas 5% do eleitorado e uma reprovação de 71% dos entrevistados. Além disso, com a elevação da taxa de desemprego no país, as preferências das pessoas por emprego era

maior do que a de controle inflacionário. No primeiro capítulo foram expostos os efeitos danosos do desemprego e da falta de qualidade estatal para a felicidade das pessoas. Vemos o reflexo desse descontentamento na avaliação de Michel Temer.

Em 2018, com uma redução no número de desempregados no país (de 13,3% para 12%), e com uma redução no IMO, aos custos de uma inflação 0,8% maior, Temer conseguiu terminar o seu mandato com uma reprovação menor do que a de 2017 e menor do que a do último ano de Dilma Rousseff. Entretanto, o seu governo foi aprovado por apenas 7% dos eleitores, mostrando certo nível de infelicidade das pessoas com o seu representante. Uma justificativa para a queda da reprovação e o não aumento da aprovação são os escândalos de corrupção envolvendo o nome de Michel Temer e o contexto político das eleições presidenciais de 2018, onde os dois principais candidatos tinham um alto índice de rejeição.

Com um governo parecido com o de Itamar Franco, Michel Temer com o seu trânsito político conseguiu implementar várias reformas em um curto espaço de tempo. Entretanto, o ex-presidente não conseguiu atender as expectativas da população com relação ao emprego e no combate à corrupção. Associado a críticas de golpe e de corrupção o ex-presidente terminou o seu mandato com um dos mais altos níveis de rejeição presidencial da história.

De acordo com a Transparência Internacional, em seu relatório de 2018, o Brasil apresentou a sua pior nota desde 2012, quando o índice começou a ser estudado no Brasil. A organização entendeu os esforços no combate a corrupção não foram o suficiente para chegar a raiz do problema. A operação Lava Jato foi um marco para romper o histórico de impunidade de pessoas poderosas no país. Contudo, ainda são necessárias reformas legais e institucionais para alterar a corrupção sistêmica no Brasil.

Portanto, ainda que fatores econômicos apresentem melhoras, questões institucionais como a qualidade governamental são crucias para capturar as demandas da população e calcular o bem-estar do povo brasileiro.

4.3 Análise Estatística e Econométrica dos Resultados

O objetivo desse trabalho é avaliar se a metodologia do Índice de Miséria de Okun é adequada para capturar o bem-estar subjetivo da população quando

consideramos o índice de aprovação presidencial uma *proxy* para a felicidade. O IMO é composto pela soma da inflação anual com a taxa de desemprego do mesmo ano. Já a avaliação presidencial é obtida a partir de um levantamento por amostragem por sexo e idade com sorteio aleatório. A margem de erro desse processo por amostragem é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança da pesquisa é de 95%.

Para estabelecer a correlação o estudo foi feito utilizando uma regressão linear simples. Definimos como variável dependente a aprovação e a reprovação presidencial em nível. O Índice de Miséria de Okun entrou na regressão como variável independente também em nível. Essa estrutura foi adotada para apurar a qualidade dos índices de acordo com a hipótese inicial do trabalho. Por conta do número pequeno de observações iremos considerar que o Índice de Miséria de Okun irá atender a hipótese inicial do trabalho se o nível de significância for de pelo menos 10%.

Com a figura 11, vemos o resultado fornecido pelo “*Stata*™”, software estatístico utilizado para análise de dados.

Figura 11 – Regressão Linear Simples: Aprovação x IMO

reg apr imo						
Source	SS	df	MS		Number of obs = 24	
Model	1540.99263	1	1540.99263		F(1, 22) =	3.99
Residual	8497.9657	22	386.271168		Prob > F =	0.0583
Total	10038.9583	23	436.476449		R-squared =	0.1535
					Adj R-squared =	0.1150
					Root MSE =	19.654
apr	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
imo	-2.111166	1.056983	-2.00	0.058	-4.303215	.0808838
_cons	71.38419	17.04701	4.19	0.000	36.03086	106.7375

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

As regressões com o IMO, durante o período de estudo (1995-2018), mostraram que o índice é estatisticamente diferente de zero com um nível de significância de 5,8%. Temos uma estatística “t” pequena o bastante para rejeitar a hipótese nula ($\beta_{IMO} = 0$) em favor de $H_1: \beta_{IMO} < 0$. Assim, de acordo com nossa hipótese inicial, o Índice de Okun é uma estatística adequada para capturar o bem-estar brasileiro.

Os resultados das regressões econométricas apontam que um aumento de 1% no IMO, resulta em uma queda de 2,11% na aprovação presidencial. E o mesmo aumento no Índice de Miséria resulta em um aumento de 1,55% na taxa de reprovação.

O resultado obtido corrobora a teoria econômica da felicidade. Aumentos na inflação e no desemprego e conseqüentemente no IMO resultam em uma queda no bem-estar. Em nosso estudo, a perda de bem-estar está relacionada com a redução da aprovação ou com o aumento da reprovação. Validando para a economia brasileira a teoria da *Happiness Economy*.

Entretanto, no caso da reprovação presidencial, temos uma estatística “t” pequena o bastante para não rejeitar a hipótese nula ($\beta_{IMO} = 0$) em favor de $H_1: \beta_{IMO} > 0$. Vemos isso na figura 12 abaixo.

Figura 12 – Regressão Linear Simples: Reprovação x IMO

reg rep imo						
Source	SS	df	MS			
Model	833.274715	1	833.274715	Number of obs =	24	
Residual	8148.55862	22	370.389028	F(1, 22) =	2.25	
Total	8981.83333	23	390.514493	Prob > F =	0.1479	
				R-squared =	0.0928	
				Adj R-squared =	0.0515	
				Root MSE =	19.245	
rep	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
imo	1.552445	1.035026	1.50	0.148	-.594067	3.698957
_cons	2.082095	16.69287	0.12	0.902	-32.5368	36.70099

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

A estatística “t” de 1,50, com $P > |t| = 0.148$ significa que o IMO será estatisticamente diferente de zero com um nível de confiança de 14,8%. A explicação para esse resultado pode estar no tamanho da amostra e na especificação do modelo.

Podemos também testar uma especificação alternativa onde conseguimos utilizar funções quadráticas para capturar o efeito marginal crescente ou decrescente da variável. Nesse caso iremos averiguar se quando um dos índices piora muito há maior perda de popularidade ou não. Na figura 13 é exibida a regressão com a introdução do termo quadrático IMO^2 .

Figura 13 – Regressão Linear Simples: Aprovação x IMO X IMO²

reg apr imo imo2						
Source	SS	df	MS			
Model	3381.43171	2	1690.71585	Number of obs =	24	
Residual	6657.52662	21	317.025077	F(2, 21) =	5.33	
Total	10038.9583	23	436.476449	Prob > F =	0.0134	
				R-squared =	0.3368	
				Adj R-squared =	0.2737	
				Root MSE =	17.805	
apr	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
imo	-16.15913	5.908526	-2.73	0.012	-28.44659	-3.871679
imo2	.378505	.1570933	2.41	0.025	.0518116	.7051984
_cons	193.1325	52.83732	3.66	0.001	83.25127	303.0137

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

Ao adicionarmos o termo quadrático ao Índice de Miséria Okun, encontramos um novo resultado mais robusto do que as equações de Okun e de Barro isolados. O novo cálculo passa a capturar de forma mais precisa a utilidade subjetiva dos brasileiros. O r^2 passa para 0,34 contra 0,15 do IMO isolado.

Com a nova especificação, o aumento de 1% no Índice de Miséria proporciona uma redução na aprovação presidencial em 16,16%. E, com a figura 14, vemos que o mesmo aumento no índice provoca um aumento na reprovação na ordem de 16,42%. Ambas as regressões são estatisticamente significante ao nível de 2,5%. Provando que esta especificação possui mais robustez para poder representar o bem-estar subjetivo da economia.

Figura 14 – Regressão Linear Simples: Reprovação x IMO X IMO²

reg rep imo imo2						
Source	SS	df	MS			
Model	2895.94765	2	1447.97383	Number of obs =	24	
Residual	6085.88568	21	289.80408	F(2, 21) =	5.00	
Total	8981.83333	23	390.514493	Prob > F =	0.0168	
				R-squared =	0.3224	
				Adj R-squared =	0.2579	
				Root MSE =	17.024	
rep	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
imo	16.42439	5.64917	2.91	0.008	4.676303	28.17249
imo2	-.4007062	.1501976	-2.67	0.014	-.7130593	-.0883531
_cons	-126.8074	50.51801	-2.51	0.020	-231.8653	-21.74941

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha.

Em um primeiro instante esse resultado pode parecer ser contra intuitivo. É improvável que cheguemos a um nível de miséria tão alto que a avaliação presidencial irá ter um ponto de virada onde a popularidade aumente mais do que a reprovação, ou que cheguemos a um ponto no qual a impopularidade é tão grande que conseguiremos reduzir a reprovação. De acordo com a regressão, com um aumento de 21,3 pontos no IMO a aprovação conseguiria subir aproximadamente 0,03%. Portanto, um resultado bem improvável. Entretanto, a explicação está no fato de não haver variação grande o suficiente para chegar a tal ponto em nossa base de dados. A maior variação do IMO registrada foi igual a 12 pontos no governo FHC pós-estabilização econômica. Por isso, podemos ignorar a parte da curva onde temos o ponto crítico.

Na verdade, a análise do efeito marginal decrescente sugere que quando um dos termos (ou os dois) da equação de felicidade de Okun piora muito, o impacto sobre a aprovação e reprovação (bem-estar) é cada vez menor. O resultado indica que a relação entre o IMO e a avaliação presidencial não é linear.

Contudo, temos outras duas possibilidades para ter encontrado esse resultado. i) Número de observações pequenas. Com apenas 24 observações os resultados podem apresentar um erro padrão muito alto; ii) efeito viesado por não ter controlado outros fatores relevantes ou a relação estabelecida como hipótese básica do trabalho não está totalmente correta.

Outro ponto interessante é a análise da desigualdade²⁴ e da corrupção²⁵ pós-plano Real mostrado nas figuras 15 e 16. Os resultados obtidos através do uso de correlações apontam que até o segundo governo Lula o combate à pobreza foi mais relevante que o próprio IMO na formação do bem-estar subjetivo. Por outro lado, durante o primeiro governo Dilma até o mandato único de Michel Temer, a correlação aponta que a percepção de corrupção impactou mais sobre o a felicidade do que qualquer outra variável em toda análise. Verificou-se também o aumento da

²⁴ Como *proxy* para desigualdade foi utilizado os dados de pobreza calculados pelo IPEA Data. De acordo com o instituto a estatística captura o percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza é igual ao dobro da linha de extrema pobreza, estimativa com base em recomendações da FAO e da OMS.

²⁵ Como *proxy* para corrupção foi utilizado os dados calculados pela Transparência Internacional. De acordo com a tabela fornecida pela organização, quanto menor o índice, mais corrupto são as instituições públicas daquele país. Ou seja, os resultados variam de 0 (Extremamente Corrupto) a 100 (Extremamente Honesto).

preocupação com o Índice de Miséria nos últimos anos na economia brasileira. Durante os três primeiros mandatos pós-plano Real o IMO apresentou uma correlação menor do que dos outros três mandatos seguintes. Apontando que a preocupação do povo com variáveis como inflação e desemprego também estão crescendo.

Figura 15 – Correlação entre Aprovação x Reprovação x IMO x Pobreza (1995-2009)

	apr	rep	imo	pobreza
apr	1.0000			
rep	-0.9174	1.0000		
imo	-0.3587	0.2399	1.0000	
pobreza	-0.7995	0.5590	0.5150	1.0000

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha/IPEA Data.

Figura 16 – Correlação entre Aprovação x Reprovação x IMO x Corrupção (2012-2018)

	apr	rep	imo	corrupcao
apr	1.0000			
rep	-0.9671	1.0000		
imo	-0.8198	0.8404	1.0000	
corrupcao	0.8747	-0.9021	-0.6531	1.0000

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Banco Mundial/IBGE/Datafolha/Transparência Internacional.

O uso de variáveis de controle como desigualdade e corrupção deixará o modelo econométrico menos viesado, mais robusto e mais representativo. Dessa forma, esforços para adquirir estatísticas maiores, transparentes e de qualidade são fundamentais para o avanço da Economia da Felicidade e das equações de bem-estar subjetivo.

5 CONCLUSÃO

Associando os três pilares desse trabalho (Teoria da Felicidade, Índices de Miséria e acontecimentos políticos dos últimos quatro ex-presidentes), testamos a efetividade do Índice de Miséria de Okun para o caso brasileiro. O objetivo desse trabalho era avaliar se a metodologia do IMO era adequada para capturar o bem-estar subjetivo da população quando consideramos o índice de aprovação presidencial uma *proxy* para a felicidade.

No primeiro capítulo foi exposto que na teoria econômica tanto o desemprego quanto a inflação possuem coeficientes negativos, sugerindo que ambas as variáveis diminuem a felicidade. Depois de analisar os últimos sete mandatos, vimos que existe sim uma relação entre a inflação e o desemprego com os índices de aprovação presidencial no Brasil.

Porém, em alguns anos, a equação de Okun divergiu do resultado da avaliação popular, não conseguindo capturar a felicidade da população. Depois da análise dos quatro últimos ex-presidentes, vimos que um dos motivos para essa divergência era o estopim dos escândalos de corrupção. Nesses casos, com o aumento da percepção de corrupção, o *feedback* dos eleitores é muito negativo independente das variações de inflação e desemprego.

Entretanto, Lula, em seu primeiro mandato, mesmo com o seu partido envolvido em escândalos de corrupção, conseguiu não só controlar a inflação e reduzir o desemprego, mas também conseguiu através de suas políticas de combate a desigualdade aumentar o bem-estar dos brasileiros. Com isso, só no ano do estopim do mensalão a popularidade do ex-presidente caiu consideravelmente.

Com relação ao tripé macroeconômico vimos uma ambiguidade. No governo de FHC, o estabelecimento do tripé, principalmente o estabelecimento do regime de metas de inflação, fez com que a felicidade da população reduzisse. Ainda que o produto e a inflação tenham reagido de forma positiva na economia com o tripé, a manutenção do desemprego em níveis altos custou caro para a popularidade de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, a manutenção do tripé por Luiz Inácio Lula da Silva garantiu os bons resultados econômicos e bons retornos por parte da população. Por outro lado, Dilma Rousseff abriu mão do tripé por uma nova política econômica, a não observação das metas de inflação resultaram em uma pressão

contra o seu governo. No caso de Michel Temer, a reestruturação do tripé ajudou a aumentar a sua popularidade no início, mas não garantiu bons *feedbacks* ao longo do tempo mesmo reduzindo o IMO em todos os anos de sua gestão.

No caso de Michel Temer, o problema foi a preferência pela estabilidade dos preços em meio a recessão econômica. As políticas contracionistas com o intuito de estabilização dos preços levaram a um aumento da taxa de desemprego no país. As políticas de liberalização do FGTS e a redução da taxa de juros pouco surtiram efeito sobre o emprego por conta das incertezas sobre o Brasil. Estudos mais recentes de Blanchflower et al (2014), mostraram que para a economia europeia o desemprego possui um impacto muito maior na felicidade das pessoas (um aumento de 1% na taxa de desemprego equivale a uma perda de bem-estar trazida por um aumento de 5,6% na taxa de inflação).

Para economias emergentes, como o Brasil, vimos que as Taxas de Sacrifício são maiores do que em países desenvolvidos. A ausência de um mercado financeiro desenvolvido, instituições sólidas e de bases de dados atualizadas deixam o custo da desinflação muito mais oneroso que nesses países de primeiro mundo (Fonseca, 2011).

Tanto Frey (2008) quanto Ovaska e Takashima (2005) destacaram que a inflação cria incertezas sobre o futuro. Entretanto, para os pesquisadores, nos casos em que a variação de um período para outro é baixa, a inflação implica em um ônus de ajuste insignificante para os indivíduos.

Nos governos de FHC e de Michel Temer vimos que a estabilização de preços trouxe benefícios para a população. Entretanto, a resistência da taxa de desemprego em valores elevados contribuiu para o aumento da rejeição desses ex-presidentes.

Com as análises econométricas, vimos que a relação entre a aprovação presidencial e o Índice de Miséria corrobora a teoria econômica da felicidade. Aumentos na inflação e no desemprego e conseqüentemente no IMO resultam em uma queda no bem-estar quando utilizamos como hipótese a aprovação presidencial como *proxy* para felicidade. Entretanto, mesmo com a rejeição da hipótese nula a 5,8%, a relação entre a reprovação presidencial e o IMO não foi estatisticamente significativa a 10%. E ainda, a adição do termo quadrático conseguiu capturar o efeito marginal decrescente e deu mais robustez para a análise, sendo

estatisticamente significativo até 2,5%. Contudo, pela dificuldade de usar outras variáveis cruciais de controle, e por o modelo apresentar poucas observações e/ou por não ter uma hipótese básica totalmente correta, o resultado obtido pode ter apresentado um contra senso.

Outro ponto interessante do governo Lula é que há uma diferença entre o que prevê a teoria econômica e a realidade. Luíz Inácio Lula da Silva teve recordes de aprovação mesmo sofrendo duras críticas ao sistema de saúde. Parece que tanto as questões da redistribuição de renda e da promoção do emprego pesaram mais para compor o bem-estar subjetivo dos brasileiros na década passada.

Por fim, verificamos que no início do período estudado o IMO capturou melhor as variações de bem-estar da economia brasileira. Com o decorrer dos anos, outras variáveis fora do escopo da economia, de cunho mais psicológico, ganharam importância na formação das preferências da população. No final do período analisado houve um descolamento maior entre a esfera econômica e a avaliação presidencial (bem-estar). Outros fatores externos a macroeconomia pesaram mais na composição da utilidade subjetiva.

Como sugestões para futuras agendas de pesquisas propõem-se uma dedicação para a elaboração de Índices de Miséria que consigam em sua estrutura de cálculo incorporar variáveis não econômicas. Questões como instituições apresentaram forte correlação com o bem-estar (Griffith, 2004). O uso de estatísticas de qualidade governamental é um dos futuros pilares para as equações de felicidade. Indicadores de responsabilidade, eficiência e corrupção irão dar mais robustez aos índices e irão refletir com mais realidade o bem-estar da população. Desta forma, é necessário um estudo mais aprofundado para averiguar o peso, o efeito e a influência desses fatores no cálculo das futuras equações. Também, se deve avaliar a inclusão de variáveis sociais que capturem fatores como desigualdade e pobreza. Assim, será possível orientar melhor a formulação de políticas públicas, calcular de forma mais precisa a utilidade subjetiva e avaliar melhor os chefes de estado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **O Brasil de Lula**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 91, p. 23-52, Nov. 2011.

BERTUSSI, G. L. **NA – Economia Brasil Contemporâneo**. 2018. Notas de aula.

BLANCHFLOWER, D, G.; BELL D. N, F.; MONTAGNOLI A.; MORO M. **The Happiness Trade-Off Between Unemployment and Inflation**. Journal of Money, Credit and Banking, Supplement to Vol. 46, No. 2 (October 2014), The Ohio State University, 2014.

BOHN, S. **Social Policy and Vote in Brazil**. Latin American Research Review, vol. 46, n. 1, 2011.

CLARK, A. E; OSWALD, A. J. **Unhappiness and Unemployment**. The Economic Journal, Vol. q04, No. 424, pp. 648-659, 1994.

DEATON, A. **A Grande Saída, Saúde, Riqueza e as Origens da Desigualdade**. Princeton University Press, 2013.

DE BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: Uma análise da queda recente**. Repositório do Conhecimento do IPEA, Brasília, v. 1, 2006.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH R, J.; OSWALD, A. J. **Preferences over Inflation and Unemployment: Evidence from Surveys of Happiness**. American Economic Review, p 335-41, 2001.

DI TELLA, R.; MACCULLOCH R, J.; OSWALD, A. J. **The Macroeconomics Of Happiness**. Review of Economics and Statistics, p, 809-27, 2002.

EASTERLIN, R. **Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence**. In: DAVID, P.; REDER, M. (Org.). Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honour of Moses Abramovowitz. Waltham: Academic Press, 1974.

FONSECA, M. W. **Eficácia da política monetária no Brasil: análise empírica pós-regime de metas de inflação**. FAE. Curitiba. v.14, n. 1, p 4-25, 2011.

FRANCO, G. H. B. **Os três demônios que temem as reformas**. Instituto Milenium, 2018. Disponível em: < <https://www.institutomillenium.org.br/recentes/inflacionismo-seletivismo-e-isolacionismo-tres-demonios-que-temem-reformas/>> Acesso em: 25 de junho de 2019.

FREY, B.; STUTZER, A. **Testing Theories of Happiness**. Zurich IEER Working Paper Series, n. 147, 2003.

FREY, B. **Happiness: A Revolution in Economics**. Cambridge: The MIT Press, 2008.

FREY, B.; STUTZER, A. **Happiness, Economy and Institutions**. Economic Journal, v. 110, n. 446, p. 918-38, 2000.

GOMES, C; AIDAR, O. **Política Monetária no Brasil: os desafios do regime de metas de inflação**. Economias-Ensaio 20(1): 45-63, 2005.

GRAHAM, C.; FELTON, A. **Inequality and Happiness: Insights From Latin America**. Journal of Economic Inequality, 2006.

GRIFFITH, T. D. **Progressive Taxation and Happiness**, 45 B.C. L. Rev. 1363, 2004.

GUO, T.; HU, L. **Economic Determinants of Happiness: Evidence From the US General Social Survey**. Cornell University Library, 2011.

GURIEV, S.; ZHURAVSKAYA, E. **(Un)happiness in Transition**. Journal of Economic Perspectives, 2009.

HELLIWELL, J. F. **How's life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being**. Economic Modelling, 20 (2003) 331–360, 2002.

HOLLAND, M. **País mudou sua matriz econômica, diz Holland**. Valor Econômico, 2012. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/2942048/pais-mudou-sua-matriz-economica-diz-holland>> Acesso em: 25 de junho de 2019.

KAHNEMAN, D.; DEATON, A. **High Income Improves Evaluation of Life but Not Emotional Well-Being**. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 107, n. 38, 2010.

LARA RESENDE, A. **‘É preciso crescer com qualidade de vida’, diz Lara Resende**. [8 de março, 2014]. São Paulo: O Estado de São Paulo. Entrevista concedida a Alexa Salomão e Ricardo Grinbaum. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,e-preciso-crescer-com-qualidade-de-vida-diz-lara-resende,179169e>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

LECHMAN, E. **Okun`s and Barro`s Misery Index as an alternative poverty assessment tool. Recent estimations for European countries**. Published in: Growth and innovation - selected issues. Monograph, 2009.

LOVELL, M. C.; TIEN P. **Economic Discomfort and Consumer Sentiment**. Eastern Economic Journal, Vol 26, No. 1, 2000.

MODENESI, A. M. **Conservadorismo e rigidez na política monetária: uma estimativa da função de reação do BCB (2000-2007)**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº3 (123), pp. 415-434, 2011.

NERY, P. F. **Economia da Felicidade: Implicações para Políticas Públicas**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Outubro/2014 (Texto para Discussão nº 156). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos.

NG, Y. K. **A Case for Happiness, Cardinalism, and Interpersonal Comparability**. In: The Economic Journal, v. 107, n. 445, p. 1848-1858, 1997.

NUNES, H. **Há 16 anos, Lula lançava a “Carta ao Povo Brasileiro”**. [2 de junho, 2018]. São Paulo: Agência PT de Notícias. Debate. Disponível em: <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

OKUN, A. M. **Equality and Efficiency, The Big Tradeoff**. The Brookings Institution, 1975.

OVASKA, T.; TAKASHIMA, R. **Economic policy and the level of self-perceived well-being: An international comparison**. The Journal of Socio-Economics, 35, p. 308-325, 2005.

Percepção de Corrupção. Disponível em: <https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/>. Acesso em: 29 de junho de 2019.

PIKETTY, T; SAEZ, E. **Income Inequality in the United States, 1913-1998**. National Bureau of Economic Research, 2001.

PINTO, C. R. J. **A Trajetória Discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015)**. Lua Nova, São Paulo, 2017.

PRATES, D. M; FRITZ, B; DE PAULA, L. F. **O Desenvolvimentismo Pode Ser Culpado Pela Crise? Uma Classificação das Políticas Econômica e Social dos Governos do PT ao Governo Temer**. Instituto de economia UFRJ, 2019.

RESENDE, J. G. L. **NA 3 - Preferências e Utilidade**. 2016. Notas de aula.

Taxa de Crescimento da Renda. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?t=series-historicas> Acesso em: 4 de fevereiro de 2019.

Taxa de Desemprego. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/sl.uem.totl.zs> Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

Taxa de Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=22462&t=series-historicas> Acesso em: 4 de fevereiro de 2019.

Taxa de Juros. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2019.

Taxa de Pobreza. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 2 de julho de 2019.

THALER, R. H. **The Winner's Curse: Paradoxes and Anomalies of Economic Life, Princeton and Chichester, U.K.** Princeton University Press, 1992.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna.** Pioneira Thomson Learning, 2006.

ZANINI, F.; FRAGA, P. **Lula aprova acordo com FMI, mas culpa governo pela crise.** São Paulo: Folha de São Paulo. Reportagem Local, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0808200202.htm>. Acesso em: 5 de junho de 2019.